

Murray. N. Rothbard

*Wall Street, bancos, e a
política externa
americana*

1ª edição



Instituto Rothbard

Título original

*Wall Street, Banks, and American Foreign Policy
(1984)*

Autor

Murray N. Rothbard

Tradução

Fernando Fiori Chiocca

Revisão

enviar para contato@rothbardbrasil.com

Diagramação

Fernando Fiori Chiocca

Capa

Fernando Fiori Chiocca

ROTHBARD, Murray N.

Wall Street, bancos, e a política externa americana/Murray N. Rothbard — São Paulo: Instituto Rothbard, 2022.

1. Guerra 2. Oligarquia 3. Praxeologia 4. Grandes Corporações 5. Interesses Econômicos I. Título.

Sumário

<i>Introdução à edição de 2011</i>	7
<i>Introdução à edição de 1995</i>	35
<i>Wall Street, bancos e política externa americana</i>	61
<i>JP Morgan</i>	67
<i>Uma política agressiva na Ásia</i>	81
<i>Teddy Roosevelt e o “Louco Solitário”</i>	89
<i>Morgan, Wilson e a Guerra</i>	97
<i>O fortuito Fed</i>	115
<i>A Mesa Redonda</i>	125
<i>O CRE</i>	129
<i>Rockefeller, Morgan e a Guerra</i>	133
<i>O golpe guatemalteco</i>	157
<i>JFK e o establishment</i>	167
<i>Lyndon B. Johnson e a Elite Dominante</i>	179
<i>Henry A. Kissinger</i>	193
<i>A Comissão Trilateral</i>	199
<i>Bibliografia</i>	219

Introdução à edição de 2011

por Anthony Gregory

A ideia de que interesses corporativos, elites bancárias e políticos conspiram para definir a política dos EUA é ao mesmo tempo óbvia e moralmente inaceitável. Todo mundo sabe que o complexo militar-industrial é enorme e corrupto, que os presidentes concedem dinheiro e privilégios a seus doadores e empresas favorecidas, que uma porta giratória conecta Wall Street e a Casa Branca, que motivações econômicas espreitam por trás das guerras dos Estados Unidos. Mas destacar esse ponto é algo que é normalmente descartado como uma teorização da conspiração que não é séria, indigna de maiores considerações.

Vimos esse paradoxo em ação após o colapso financeiro de 2008. Os esquerdistas culpam Wall Street e as grandes instituições financeiras por trair as massas por ganância

predatória e por serem recompensados por sua irresponsabilidade pelos resgates de Washington. Ao mesmo tempo, a esquerda parece relutante em se opor totalmente a esses resgates, vendo os gastos como um mal necessário para devolver a economia global à estabilidade, ainda que de forma desigual. Além do mais, os esquerdistas não responsabilizam o presidente Obama e os líderes democratas por sua inegável interferência em tudo isso. Eles culpam o Goldman-Sachs, mas veem seu presidente, que recebeu mais dinheiro de campanha da empresa do que de quase qualquer outra fonte, como uma vítima indefesa das circunstâncias, em vez de um enérgico conspirador em má conduta corporativa, além de ser o herdeiro entusiasmado e expansionista da política externa agressiva de George W. Bush.

A direita do Tea Party também evita examinar o estado corporativo em detalhes. Esses conservadores detectam um elitismo no governo de Obama, mas relutam em desafiar seriamente o *status quo* econômico, pois isso levaria a perguntas desconfortáveis sobre o estado de guerra, os contratantes de

defesa, as guerras dos EUA, toda a história do Partido Republicano e todas as típicas suposições da direita sobre a justiça inerente do sistema supostamente de “livre iniciativa” dos EUA. Ao se recusar a admitir que os fundamentos econômicos foram infundados durante todos os anos Bush – ao não reconhecer a realidade imperial das guerras dos EUA e seu efeito debilitante sobre o orçamento doméstico médio – a direita está abrindo mão de sua chance de mergulhar além da superfície em suas críticas ao reinado de Obama.

Muitos da direita chamam Obama de “socialista”, enquanto muitos da esquerda acusam Bush de ser “fascista”, mas nenhum dos grupos vê as semelhanças gritantes em quase todas as suas políticas. Enquanto isso, as forças mais dominantes, tanto da esquerda quanto da direita, se recusam a apoiar essa retórica “extremista” e insistem que ambos os partidos políticos, apesar de todas as suas diferenças, no fundo defendem os interesses dos Estados Unidos. Na lealdade inabalável da esquerda à social-democracia e à intervenção econômica e no amor

invencível da direita pelos militares e apoio aos EUA corporativo, vemos por que podemos condenar a corrupção e os interesses especiais, mas não ir muito mais fundo do que isso, para não sermos relegados à periferia da discussão respeitável.

Sem medo de abater vacas sagradas, Murray N. Rothbard vai muito além das lamentações convencionais em seu incisivo *Wall Street, bancos, e a política externa americana*. Ele analisa mais de um século de militarismo e compadrio corporativo dos EUA, dando nome aos bois, não poupando ninguém e demonstrando a continuidade do imperialismo, independentemente do partido no controle, ao lado dos muitos interesses comerciais sobrepostos e concorrentes por trás das cortinas. O relato de Rothbard sobre o confronto entre os Morgans e os Rockefellers, que tinham alguns interesses em comum e outros em conflito, aprimora brilhantemente a complexidade da história, ao mesmo tempo em que explica a dinâmica geral do poder. A discussão das firmas “Cowboy” do Oeste (e seus representantes em Washington) versus o “Yankee” do

Establishment Nordestino é igualmente esclarecedora: “Enquanto ambos os grupos favorecem a Guerra Fria, os Cowboys são mais nacionalistas, mais agressivos e menos inclinados a se preocupar com o que nossos aliados europeus estão pensando.... Deve ficar claro que o nome do partido político no poder é muito menos importante do que as conexões financeiras e bancárias do regime em particular.”

Este fantástico trabalho escrito é a resposta definitiva para muitos opositores – aqueles que alardeiam grandes diferenças entre republicanos e democratas; aqueles que insistem que o principal motor por trás das guerras dos EUA é a preocupação com a defesa nacional ou os direitos humanos no exterior; aqueles que descartam a “teorização da conspiração” com acusações simplistas de poder nos bastidores, desprovidas de nuances e sofisticação; e aqueles com pensamento limitado que consideram que todas as decisões importantes são tomadas exatamente pelo mesmo grupo de atores principais, e não

por meio de uma confluência complexa de diversos interesses e forças.

Os divulgadores de teorias da conspiração simplificadas ficarão desconfortáveis com o nível de detalhes deste livro, assim como os intelectuais da corte que consideram toda e qualquer referência à duplicidade de grupos como o Conselho de Relações Exteriores e a Comissão Trilateral como coisa de paranoicos completamente fora da realidade. Além disso, as pessoas que pensam que a eliminação da influência corporativa da esfera pública finalmente acabará com as guerras e a corrupção serão encorajadas a repensar suas suposições sobre o Estado: ele não é, no fim das contas, uma organização para o bem público que foi sequestrada pelos ricos e poderosos, nem um mecanismo de controle corporativo que possa ser reformado para fins liberais. O próprio Estado é e sempre será o problema, e enquanto tiver um braço militar, será influenciado por alguns interesses privados ou outros em direção a guerras oportunistas, e no será mínimo manipulado por políticos, mesmo os mais supostamente humanitários e igualitários, que

estão entre os que possuem um histórico assassino e diabólico no desdobramento de suas forças e no lançamento de suas bombas. Mesmo grandes interesses empresariais podem ir e vir, mas o próprio aparato político, a mais inerentemente corruptora de todas as instituições, dada sua natureza inevitavelmente coercitiva e monopolista, continuará a infligir miséria e saquear os desfavorecidos em nome dos poderosos.

Por outro lado, ao contrário dos libertários moderados que consideram os empresários que conspiram com o governo como, na pior das hipóteses, meros acessórios para o crime político tornado inevitável pela economia mista, Rothbard não modera sua acusação desses membros juniores das parcerias público-privadas de pilhagem imperialista. O livre-arbítrio existe sob a concepção rothbardiana de teoria política e econômica, e se há culpa por aí, os banqueiros, os CEOs lobistas e os grandes especialistas de políticas belicistas merecem uma parte considerável junto com os generais e presidentes.

Em muitos escritos, Rothbard examinou as relações impróprias entre os formuladores de políticas e os interesses empresariais. Ele defendeu um renascimento da análise de classe libertária, recuperando o exercício dos marxistas e esquerdistas que o transformaram do estudo da classe política consumidora de impostos contra os súditos contribuintes em uma narrativa da luta dialética entre produtores e trabalhadores. Embora Marx e seus seguidores tenham atacado corretamente o Estado moderno por garantir privilégios para os interesses empresariais mais influentes, a concepção esquerdista virou de cabeça para baixo o conceito liberal clássico de análise de classe em sua defesa da captura proletária do aparato estatal e seu elenco de produtores e empresários como os inimigos inevitáveis do homem comum. No entanto, estudiosos esquerdistas, particularmente da variedade da Nova Esquerda, tendem a “seguir o dinheiro” em seu exame do suborno, corrupção e guerra do governo, uma tarefa muito apreciada por Rothbard e seus camaradas.

Em *Wall Street, bancos, e a política externa americana*, no entanto, o leitor é tratado com mais nuances e detalhes, bem como uma narrativa mais coerente do que é comum nas obras de esquerda. Isso ocorre porque a teoria por trás da análise de Rothbard, ao contrário das teorias esquerdistas, é sólida. Um ponto geral confirma isso. Ao falhar em entender a economia básica, a esquerda morre de amores pelo keynesianismo militar que muitas vezes vê a guerra como uma bênção para a economia, se não para todas as outras esferas. Em janeiro de 2008, o guru da economia progressista de esquerda Paul Krugman (que anos antes havia clamado por uma bolha imobiliária induzida pelo Fed), reclamou em seu blog do *New York Times*:

Uma coisa que me perguntam com bastante frequência é se a guerra do Iraque é responsável por nossas dificuldades econômicas. A resposta (com pequenas qualificações) é não.... O fato é que a guerra é, em geral, *expansionista* para a economia, pelo menos no curto prazo. A Segunda

Guerra Mundial, lembre-se, encerrou a Grande Depressão.

Mesmo os radicais às vezes confundem as guerras neomercantilistas como sendo do interesse dos contribuintes americanos médios – Noam Chomsky muitas vezes entendeu que a economia americana em geral depende dessas guerras – levando a uma crítica incompleta e uma análise de classe falha. Isso levou a esquerda a interpretar erroneamente as guerras de George W. Bush pelo petróleo como tentativas de conquistar campos de petróleo em nome dos consumidores dos EUA, e não como tentativas de beneficiar algumas empresas às custas de outras. (Também negligenciadas, em comparação com o ponto de vista do petróleo, foram as possíveis motivações monetárias envolvidas, já que o Iraque começou a precificar seu petróleo em euros no final de 2000, desafiando os supremacistas americanos do dólar.) A má teoria econômica também significava que quando o secretário de Estado de George H. W. Bush, James Baker, disse que a primeira Guerra do Golfo foi sobre “empregos,

empregos, empregos”, a população ficou sem ter o que pensar a não ser aceitar essa desculpa.

A compreensão econômica falha coincide com uma má leitura da história. A esquerda ainda se orgulha em grande parte de sua herança na Era Progressista, quando políticos supostamente altruístas defenderam o homem comum contra as grandes empresas. Rothbard desvenda esta fraude completamente. O reverenciado Teddy Roosevelt “foi um homem de Morgan desde o início”, com laços familiares, empresariais e políticos com o gigante bancário. O “primeiro ato de Roosevelt após a eleição de 1900 foi oferecer um jantar luxuoso em homenagem a J.P. Morgan”, e muitas de suas políticas, desde o golpe no Panamá em 1903 até a quebra de monopólio da Standard Oil, foram grandes bênçãos para os interesses de Morgan. O Progressive Bull Moose Party de 1912, longe de ser uma tentativa de desafiar as políticas pró-empresarial de Taft por razões de idealismo igualitário, também foi uma trama de Morgan. O vencedor da eleição de 1912,

Woodrow Wilson, longe de tentar controlar os bancos por meio do Federal Reserve Act, foi um grande defensor das elites bancárias mais ricas, especialmente os Morgans. O próprio Fed “permitiu que o sistema bancário inflasse dinheiro e crédito, financiasse empréstimos aos Aliados e flutuasse déficits maciços assim que os EUA entrassem na guerra”.

Mais recentemente, as críticas da esquerda a Bush sugeriram que ele havia rompido com um passado americano honroso na forma como travou a guerra – e em particular condenaram suas motivações econômicas como se fossem algo novo ou exclusivamente republicano. Muito pouco críticos viram Bush seguindo uma tradição que remonta pelo menos à entrada de Franklin Roosevelt na Segunda Guerra Mundial – uma guerra, Rothbard nos lembra, que as elites bancárias estavam pressionando ao longo do final da década de 1930. Essa guerra ainda é santificada como um testemunho do altruísmo humano e uma luta do bem contra o mal. Mas a Segunda Guerra Mundial também pode “ser considerada, de um ponto de vista, como uma guerra de coalizão: os Morgans tiveram

sua guerra na Europa, os Rockefellers a *deles* na Ásia”. Henry Stimson, o Secretário de Guerra, tinha sido um advogado de Wall Street com tantos laços corporativos quanto qualquer belicista moderno, e seu assistente John J. McCloy, a quem Rothbard denuncia pela decisão política particularmente horrível dos Campos de Concentração Japoneses, seguiu para uma carreira lucrativa na órbita Rockefeller com um trabalho paralelo como presidente do CFR por 17 anos. Se o complexo industrial-militar não existia antes, já era uma realidade ao final da Segunda Guerra Mundial. O *ménage à trois* entre os mercadores de armas, a máquina de guerra dos EUA e as potências financeiras de Nova York se consumaram totalmente antes mesmo do nascimento de George W. Bush.

Os amados presidentes esquerdistas Truman, Kennedy, Johnson e Carter saturaram seus cargos de liderança de defesa com elites bancárias. Em particular, Rothbard mostra que, começando com o governo Kennedy, uma influência inquietante na política externa foi desfrutada por representantes do

Lehman Brothers e do Goldman Sachs – empresas cujo impacto nefasto não passa despercebido pelos americanos que leem as notícias financeiras hoje. A conexão íntima entre o Lehman Brothers e o Pentágono foi um aspecto especialmente “fascinante do governo Johnson”. O Lehman e outras grandes instituições financeiras também dominaram o alto escalão de Carter. De alguma forma, a esquerda geralmente considera esses presidentes, na pior das hipóteses, ingênuos que sofreram influência corporativista, em vez de criminosos culpados de saques premeditados e guerras em nome de seus comparsas.

O colapso financeiro e os resgates são apenas o exemplo mais recente da quase incoerência da crítica esquerdista. Devemos acreditar que os CEOs das principais instituições financeiras são desprovidos de compaixão, os reguladores são heróis negligenciados misteriosamente privados de poder desde os anos Reagan (embora exatamente como isso foi feito nunca seja explicado de forma convincente), e o presidente é, na pior das hipóteses, um ingênuo bem-intencionado. Essa formulação é partidária, mas

mesmo a crítica anticorporativista de Bush denuncia uma estranha fé no próprio governo, pois acusava Bush de não “fazer o suficiente” e insistir em reduzir o poder de seu próprio poder executivo sobre a economia. Tudo isso mesmo depois de Sarbanes-Oxley e outras grandes expansões do Estado regulatório de Bush, muito além do que aconteceu sob Bill Clinton.

As guerras de hoje também parecem confundir o progressista de esquerda que vê interesses corporativos e agitação conservadora por trás de todas as falhas políticas. A guerra no Iraque, nos disseram, foi uma ruptura com as tradições americanas de prudência diplomática. É verdade que os neoconservadores representavam uma escola ideológica inusitadamente inclinada à democratização pela força – quase hiper-wilsonianos – que de fato significava uma mudança da escola “realista” que havia sido economicamente orientada em torno dos Rockefellers que dominavam a política pelo menos desde Segunda Guerra Mundial. Se vale a pena, grande parte do establishment econômico

estava visivelmente mais cauteloso com a guerra do Iraque do que a maioria das aventuras militares dos EUA. Isso parece uma espécie de anomalia, mas houve uma situação paralela em 1968, quando, como Rothbard conta, até mesmo muitas das “figuras de elite” do governo Johnson “se voltaram para uma firme oposição à guerra”, acompanhadas por muitos do establishment e de Wall Street.

Podemos apenas sonhar como Rothbard teria reagido ao triunfo temporário dos neocons sobre os realistas no Iraque. Mas nem é preciso dizer que a trajetória geral da política externa dos EUA – guerras presidenciais de agressão, neomercantilismo, bombardeios financiados pelo Fed, sanções comerciais, exploração da ONU e da OTAN quando conveniente – tem sido bastante consistente desde a Era Progressista até Obama, não obstante a aberração de Bush. E agora os EUA estão concretamente de volta à tradição “realista” com Obama, que está usando coalizões internacionais para obscurecer a agressão contra a Líbia, e que continua o projeto imperial no Afeganistão que se

originou com a intromissão do Conselheiro de Segurança Nacional de Carter, Zbigniew Brzezinski, um modelo prático da escola realista. Mais de uma década depois que Rothbard escreveu este livro, identificando Brzezinski como diretor executivo da Trilateral e “diretor recém-selecionado do CFR”, esse garoto-propaganda do establishment reivindicou o crédito por atrair intencionalmente os soviéticos para invadir o Afeganistão – uma intervenção fatídica que mudou a política dos EUA no mundo muçulmano de forma irreversível.

Quando a esquerda atacou os neoconservadores no Iraque – ecoando, quer eles soubessem ou não, críticas ao neoconservadorismo que podem ser atribuídas a Rothbard e sua tradição da Velha Direita – eles realmente não entenderam o que estavam atacando. Eles negligenciaram quase completamente as origens esquerdistas e particularmente trotskistas do neoconservadorismo e tendiam a minimizar a centralidade de Israel. Eles de alguma forma confundiram uma condenação da “privatização” da guerra

de Bush, sua dependência de fornecedores de equipamentos militares e seu suposto desejo de apreender o petróleo árabe, com sua crítica ao neoconservadorismo, embora a economia e o clientelismo corporativo nunca tenham sido os principais interesses dessa escola de política externa.

Isso ajuda a explicar a confusão atual, pois Obama aumentou muito a presença de fornecedores de equipamentos militares, expandiu a guerra no Afeganistão, bombardeou Paquistão, Iêmen, Somália e Líbia, e parece estar de acordo com quase todo o programa de Bush, incluindo o cronograma de retirada no Iraque. A política do petróleo e a construção planejada de oleodutos através do Afeganistão ainda estão em segundo plano. Os interesses econômicos e imperiais por trás da resposta dos Estados Unidos ao 11 de setembro vão muito além dos neocons e seu desvio de atenção no Iraque.

É claro que os líderes de guerra dos anos supostamente anômalos de Bush foram luminas do establishment por décadas. A Conselheira de Segurança Nacional e Secretária de Estado Condolezza Rice fez parte do

primeiro Conselho de Segurança Nacional de Bush e mais tarde serviu no conselho da Chevron. O vice-presidente Dick Cheney (junto com o secretário de Defesa Donald Rumsfeld) começou sua ascensão sob Nixon. Cheney foi diretor do Conselho de Relações Exteriores no final da década de 1980 e, infamemente, atuou no final da década de 1990 como CEO e Presidente do Conselho da Haliburton – a empresa de serviços de petróleo que recebeu contratos significativos sob Clinton durante suas intervenções nos Bálcãs, tornou-se um grande beneficiário da guerra de Bush no Iraque (além de construir celas para o campo de prisioneiros na Baía de Guantánamo), e ainda mantém esses laços com o império.

Cheney, deve-se notar, também era membro da Comissão Trilateral — aquele clube de elite fundado por David Rockefeller que passou a dominar os salões do poder a partir do governo Carter. Escrevendo em 1984, Rothbard conclui que, independentemente da próxima eleição, poderíamos esperar que esta organização estivesse bem

representada. Além de Cheney, os membros da Trilateral que subiram ou permaneceram no alto escalão do governo americano desde 1984 incluem o presidente do Fed Alan Greenspan, George H. W. Bush, seu conselheiro de segurança nacional Brent Scowcroft, Bill e Hillary Clinton e os membros do gabinete de Clinton Lloyd Bentsen (Tesouro), Warren Christopher (Departamento de Estado) e William Cohen (Defesa). Menos membros da Trilateral apareceram mais recentemente, embora, além do vice-presidente Cheney, eles incluam o secretário do Tesouro de George W. Bush, Paul O'Neill, o conselheiro econômico de Obama, Paul Volker, e sua conselheira de política externa e embaixadora nas Nações Unidas, Susan Rice.

As continuidades do estado corporativo transcendem o partidarismo. Ben Bernanke, conselheiro econômico de Bush e mais tarde escolhido para presidente do Fed, foi reconduzido a esse alto cargo por Obama. Outro resquício dos anos Bush é o segundo secretário de Defesa de Bush, Robert Gates, cujo passado conturbado inclui exortar Reagan a vender armas ao Irã em 1985, liderar a

CIA sob George H. W. Bush e servir em conselhos de gigantes como Fidelity Investments, NACCO Industries e Brinker Internacional.

Quando Obama escolheu como secretário do Tesouro o jovem Timothy Geithner, o homem já era um elemento precoce do establishment. Ele trabalhou para a Kissinger Associates em Washington e depois ingressou na divisão de Assuntos Internacionais do Departamento do Tesouro dos EUA em 1988. Ele passou a trabalhar para a embaixada dos EUA em Tóquio, atuou como assistente de política monetária e financeira por anos, sempre com foco internacional, e tornou-se subsecretário do Tesouro para Assuntos Internacionais em 1998. Em 2002, foi membro sênior do departamento de Economia Internacional do Conselho de Relações Exteriores, além de atuar como diretor do Departamento de Desenvolvimento e Revisão de Políticas do Fundo Monetário Internacional. No final de 2003, ele se tornou o presidente do Federal Reserve Bank de Nova York e, em seguida, o vice-presidente do Comitê Federal de

Mercado Aberto. Em março de 2008, ele esteve intimamente envolvido no resgate e na venda do Bear Stearns. Na esteira do colapso financeiro, a escolha de Geithner por Obama para chefiar o Tesouro foi surrealmente elogiada por toda parte como um movimento pragmático e responsável. Mas mesmo as nomeações menores demonstram a ironia da reputação de Obama como um defensor do homem comum contra as grandes empresas – a escolha do presidente do CEO da General Electric, Jeffrey Immelt, para supervisionar a tentativa de conter o desemprego rima bem com a escolha de FDR do CEO da GE, Gerard Swope, para liderar a Administração Nacional de Recuperação.

Claro, o próprio Obama está profundamente no bolso da indústria financeira. A Goldman Sachs foi responsável por doar mais de US\$994.000 para a campanha de Obama. O Lehman Brothers foi a origem de US\$395.600, um valor recorde para a empresa, perdendo apenas para o que Hillary Clinton recebeu. De 20 de suas maiores fontes de dinheiro de campanha, onze eram bancos de investimento ou escritórios de

advocacia intimamente associados. Justin Raimondo observou em 2008 que os grandes doadores de Obama incluíam altos executivos do Wachovia, Washington Mutual, Citigroup, Deutsche Bank, Merrill Lynch, Bank of America, J. P. Morgan, Chase, Morgan Stanley e Countrywide.

Acontecimentos recentes demonstram a negação generalizada donexo bancário e política externa. Em fevereiro de 2010, o congressista Ron Paul causou alvoroço na Câmara dos Deputados quando, confrontando Bernanke, observou que “foi relatado no passado que, durante a década de 1980, o Fed realmente facilitou um empréstimo de US\$5,5 bilhões a Saddam Hussein e, em seguida, ele comprou armas do nosso complexo industrial militar.” Bernanke achou a alegação absurda demais para justificar uma resposta séria. Mais tarde, Paul citou o professor da Universidade do Texas Robert D. Auerbach, autor do livro de 2008 *Deception and Abuse at the Fed* e professor da Universidade do Texas, para defender sua declaração. Fosse ou não Bernanke sincero em sua

descrença nessa conexão nefasta entre o Fed e a diplomacia dos EUA, muitos espectadores ficaram igualmente incrédulos.

Em março de 2011, enquanto o governo Obama bombardeava a Líbia, o senador Bernie Sanders escreveu uma carta aberta a Bernanke, perguntando por que o Fed forneceu 45 empréstimos de emergência com juros quase zero, totalizando mais de US\$26 bilhões, ao banco central da Líbia de dezembro de 2007 a março de 2010. Ele ainda perguntou por que o banco e suas duas filiais em Nova York estavam isentos das sanções dos EUA contra empresas líbias.

Enquanto isso, a mídia celebrava o suposto sucesso do TARP, o pacote de resgate de US\$700 bilhões aprovado no final da presidência de George W. Bush. Naquela época nos disseram que era necessário ou então o colapso financeiro engoliria toda a economia. A maioria dos americanos estava cética, suspeitando que estavam sendo roubados pelas próprias forças responsáveis pela crise em primeiro lugar. A AP informou em 30 de março de 2011, em meio à defesa oficial do TARP: “Alguns bancos usarão dinheiro de

um programa do governo destinado a aumentar os empréstimos para pequenas empresas para pagar seus resgates federais, de acordo com o funcionário do Departamento do Tesouro que supervisiona o programa de resgate.” A manchete era mais concisa: “Os bancos usarão fundos do Fed para pagar o resgate do Fed”.

Desde a publicação de *Wall Street, bancos, e a política externa americana*, vários outros trabalhos surgiram na tradição rothbardiana de traçar a história da elite dos bancos centrais e seus conspiradores do estado de guerra. O extenso livro de G. Edward Griffin, *The Creature from Jekyll Island* (1994), abordando teoria econômica e história anterior ao material coberto aqui por Rothbard, é particularmente digno de menção. O livro de 2007 de Robert Higgs, *Depression War and Cold War*, examina o papel da indústria de defesa na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria. Para o tratamento definitivo sobre o corporativismo da Primeira Guerra Mundial, com ênfase nos comerciantes de armas, bem como nos bancos, ver

“Merchants of Death Revisited: Armaments, Bankers, and the First World War”, de T. Hunt Tooley, da edição de inverno de 2004 de o *Journal of Libertarian Studies*. Inclui uma bibliografia com muitas grandes referências.

Quanto às questões do século XXI, não há muitos trabalhos de levantamento sobre as conexões entre a máquina de guerra e o sistema bancário. *Confessions of an Economic Hitman* (2004) de John Perkins conta sua história como agente de finanças internacionais com laços com o estado de segurança dos EUA, convencendo as nações do Terceiro Mundo a aceitar empréstimos esmagadores *How Much Are You Making on the War Daddy? A Quick and Dirty Guide to War Profiteering in the Bush Administration* (2003) de William D. Hartung e *The Complex: How the Military Invades Our Everyday Lives* (2008), de Nick Turse, lidam decentemente com o corporativismo militar. Sobre o colapso financeiro e as fraudes, o jornalismo investigativo de Matt Taibbi, que escreve na *Rolling Stone* com foco no Goldman Sachs, culminou em seu livro de 2010 *Griftopia: Bubble*

Machines, Vampire Squids, and the Long Con That Is Breaking America. Finalmente, um artigo no *Huffington Post* merece menção por ousar mostrar a relação entre o banco central e os intelectuais da corte americana: “Priceless: How The Federal Reserve Bought The Economics Profession”, de Ryan Grim, publicado em outubro de 2009.

O que está faltando na maioria dos relatos sobre a guerra e os bancos do século XXI, no entanto, é uma análise de classe sólida e austrolibertária combinada com uma compreensão dos ciclos econômicos, o significado da ação humana no complexo militar-industrial e a natureza inerentemente predatória do Estado. O trabalho de 2006 de Joe Salerno, “O imperialismo e a lógica da guerra”, ajuda a estabelecer a base teórica de que a guerra, como todas as atividades humanas propositais, tem uma lógica econômica e pode ser entendida em termos do que seus perpetradores buscam ganhar. Para um tratamento austríaco da crise imobiliária e da corrupção nos gastos com defesa, o livro de 2011 de Tom Woods *Rollback: Repeling*

Big Government Before the Coming Fiscal Collapse fornece alguns capítulos úteis. *O fim do Fed* de Ron Paul tem uma seção sobre inflação e guerra. Muitos artigos sobre diferentes facetas do estado corporativo imperial podem ser encontrados em Mises.org, LewRockwell.com, Antiwar.com e em outros lugares.

Mas seria ótimo ver algo como uma sequência de *Wall Street, bancos, e a política externa americana*, uma história abrangente e detalhada, mas concisa, começando de onde Rothbard parou durante o governo Reagan e nos atualizando até hoje. Até então, podemos ficar satisfeitos em ler este maravilhoso trabalho de história econômica revisionista, análise de classe e jornalismo antiguerra, todos reunidos em uma só obra. Para entender os EUA moderno, os controladores bancários e os belicistas que comandam o show por mais de um século devem ser expostos. Até hoje, ninguém fez isso tão bem quanto Rothbard.

Introdução à edição de 1995

por Justin Raimundo

A análise de Murray Rothbard de 1984 da história americana moderna como uma grande luta de poder entre elites econômicas, entre a Dinastia de Morgan e os interesses de Rockefeller, culmina na seguinte conclusão: “A elite financeira dominante pode dormir bem à noite, independentemente de quem vença em 1984.” Quando você chega a ela, a conclusão parece de fato subestimada, pois o que temos aqui é uma história abrangente e compactada da política do século XX do ponto de vista da elite dominante. Ela representa uma amostra pequena e altamente especializada do vasto conhecimento histórico de

Rothbard, juntamente com uma vida dedicada ao individualismo metodológico nas ciências sociais. Ela apareceu pela primeira vez em 1984, no auge dos anos Reagan, em uma pequena publicação financeira chamada *World Market Perspective*. Foi impresso para um público maior pelo Centro de Estudos Libertários em 1995 e apareceu online pela primeira vez em 2005.

Os teóricos de esquerda e direita estão constantemente se referindo a “forças” abstratas quando examinam e tentam explicar padrões históricos. Aplicando o princípio do individualismo metodológico – que atribui toda ação humana a agentes individuais – e os princípios econômicos da Escola Austríaca, Rothbard formulou uma visão incisiva da elite americana e da história da era moderna.

A análise de Rothbard flui, primeiro, dos princípios básicos da economia austríaca, particularmente a

análise misesiana do sistema bancário e a origem dos ciclos econômicos. Essa questão também é discutida e elaborada em um de seus últimos livros, *Pelo Fim do banco Central* (Editora Konkin, 2021). Aqui, o autor relata a história de como o Federal Reserve System veio a ser impingido ao povo americano desavisado por uma poderosa aliança de interesses bancários. A análise econômica de Rothbard é clara, concisa e abrangente, cobrindo a natureza do dinheiro, a gênese do papel-moeda do governo, a instabilidade inerente (e fraude essencial) do sistema bancário de reservas fracionárias e as verdadeiras causas dos ciclos econômicos.

Como Rothbard explica em seus escritos econômicos, a chave está em entender que a moeda é uma mercadoria, como qualquer outra, e, portanto, sujeita às leis do mercado. Um monopólio concedido pelo governo

nisso, a força vital do sistema econômico, é uma receita para a inflação, uma moeda desvalorizada – e a criação de uma plutocracia permanente cujo poder é virtualmente ilimitado.

No presente ensaio, como em *Pelo Fim do banco Central*, é na seção sobre a história do movimento para estabelecer o Federal Reserve System que a análise rothbardiana completa e fascinante da elite dominante entra em jogo. O que chama a atenção nessa obra é a infinidade de detalhes. O argumento de Rothbard está tão repleto de fatos que detalham as conexões sociais, econômicas e familiares do florescente Poder do Dinheiro, que precisamos dar um passo atrás e olhar para ele à luz da teoria rothbardiana, especificamente a teoria da análise de classes de Rothbard.

Rothbard reivindicou avidamente o conceito de análise de classe dos marxistas, que o expropriaram

dos teóricos franceses do *laissez-faire*. Marx foi o autor de uma versão plagiada, distorcida e vulgarizada da teoria baseada na teoria do valor-trabalho ricardiana. Dada essa premissa, ele apresentou uma análise de classe colocando trabalhadores contra proprietários.

Uma das muitas grandes contribuições de Rothbard para a causa da liberdade foi restaurar a teoria original, que opunha o povo contra o Estado. Na teoria rothbardiana da luta de classes, o governo, incluindo seus clientes e aplicadores da lei, explora e escraviza as classes produtivas por meio de impostos, regulamentação e guerra perpétua. O governo é um *incubus*, um parasita, incapaz de produzir qualquer coisa por si só, e em vez disso se alimenta das energias vitais e da capacidade produtiva dos produtores.

Este é o primeiro passo de uma análise de classe libertária totalmente desenvolvida. Infelizmente, é aqui que os processos de pensamento de muitos supostos libertários chegam a um impasse. Basta, para eles, saber que o Estado é o Inimigo, como se ele fosse um primário irreduzível.

Como William Pitt disse em 1770: “Há algo por trás do trono maior do que o próprio rei”. Cegos para as forças reais em ação por causa de seu erro metodológico, os libertários de esquerda se contentam em viver em um mundo de ficção científica e esquemas utópicos, no qual eles não são uma ameaça para os poderes constituídos e, portanto, são tolerados e às vezes mesmo estimulados.

A falha dos libertários de esquerda em levar o processo analítico um passo adiante é, em muitos casos, uma falha de coragem. Pois é claro, dada a teoria libertária e os insights

econômicos da Escola Austríaca, para onde leva o próximo passo. Nenhuma evidência empírica é necessária, neste momento (embora isso venha mais tarde, e em abundância); a verdade pode ser deduzida da teoria pura, especificamente a teoria austríaca da natureza do dinheiro e dos bancos, e a análise misesiana da origem dos ciclos econômicos.

Essa dedução foi feita de forma brilhante e empolgante na primeira edição do *The Journal of Libertarian Studies* (Inverno de 1977), por dois estudantes de Rothbard, Walter E. Grinder e John Hagel III, em "Toward a Theory of State Capitalism: Ultimate Decision-Making and Class Structure."

Enquanto um mercado livre puro necessariamente impediria o desenvolvimento de um monopólio bancário, "o sistema de mercado concentra a atividade empresarial e a tomada

de decisões no mercado de capitais por causa dos benefícios consideráveis que são proporcionados por um certo grau de especialização”.

Esse “mercado de capitais especializado, pela própria natureza de seu papel integrador dentro do sistema de mercado, emergirá como um *locus* estratégico de tomada de decisão final”. Dado que alguns indivíduos preferirão os meios políticos aos econômicos, algumas dessas grandes fortunas utilizarão seus tremendos recursos para cartelizar o mercado e se proteger contra o risco. A tentação dos banqueiros em particular de exercer o poder do Estado em seu benefício é muito grande porque permite que os bancos inflem sua base de ativos sistematicamente. A criação de ativos possibilitada por estas medidas liberta em grande medida as instituições bancárias dos constrangimentos impostos pela forma passiva de

decisão final exercida pelos seus depositantes. Deste modo, reforça consideravelmente a autoridade decisória final dos bancos em relação aos seus depositantes. As tendências inflacionárias decorrentes da criação de ativos tendem a aumentar a relação entre financiamento externo e financiamento interno nas grandes corporações e, conseqüentemente, aumenta o poder de decisão final das instituições bancárias sobre as atividades das corporações industriais.

A visão austríaca concentra-se no papel fundamental desempenhado pelos bancos centrais na geração da distorção dos sinais do mercado que leva a expansões e recessões periódicas, os temidos ciclos econômicos que sempre são atribuídos às contradições inerentes ao capitalismo irrestrito.

Mas, na verdade, esse capitalismo é tudo menos irrestrito. (Tente abrir seu próprio banco privado!) A

última coisa que os banqueiros americanos querem é um sistema bancário irrestrito. Rothbard não apenas traça a distorção original do mercado que dá origem aos ciclos econômicos, mas também identifica a fonte (e os principais beneficiários) dessa distorção. Foi Mises quem apontou que a intervenção do governo na economia invariavelmente leva a ainda mais intervenção para “consertar” o estrago causado – e há uma certa lógica no fato de que foram os culpados originais que decidiram “consertar” as distorções e rupturas causadas por suas políticas com novos ataques ao mecanismo de mercado. Como Grinler e Hagel colocaram:

Nos EUA, essa intervenção envolveu inicialmente medidas esporádicas, tanto em nível federal quanto estadual, que geraram distorção

inflacionária na oferta monetária e rupturas cíclicas da atividade econômica. As rupturas que acompanharam os ciclos econômicos foram um fator importante na transformação da ideologia dominante nos EUA de uma adesão geral às doutrinas do *laissez-faire* para uma ideologia do capitalismo político que via o Estado como um instrumento necessário para a racionalização e estabilização de uma ordem econômica inerentemente instável.

CAPITALISTAS COMO INIMIGOS DO CAPITALISMO

Isso explica o estranho fato histórico, relatado longa e detalhadamente por Rothbard, de que os maiores capitalistas foram os inimigos mais mortais do verdadeiro capitalismo. Pois praticamente todas as supostas “reformas” sociais dos últimos cinquenta anos foram promovidas não apenas por esquerdistas “idealistas”, mas também pelas próprias combinações corporativas caricaturadas como os “monarcas econômicos” gordos e de cartola de Wall Street.

A direita neoconservadora retrata a batalha contra o Grande Governo como uma luta maniqueísta bilateral entre as forças da luz (isto é, do capitalismo) e os remanescentes das elites esquerdistas amplamente desqualificadas. Mas a análise histórica de Rothbard revela um padrão muito mais rico e complexo: em vez de ser bilateral, a luta pela liberdade coloca pelo menos três lados uns contra os

outros. Pois os capitalistas, como apontaram John T. Flynn, Albert Jay Nock e Frank Chodorov, nunca foram a favor do capitalismo. Como Nock colocou:

É uma das poucas coisas divertidas em nosso mundo um tanto enfadonho que aqueles que hoje estão mais exaltados em relação ao coletivismo e à ameaça vermelha são os mesmos que bajularam, subornaram, lisonjearam e atormentaram o Estado para ele dar cada um dos passos sucessivos que levam direto ao coletivismo. [“Impostor Terms,” *Atlantic Monthly*, fevereiro de 1936.]

A política econômica do New Deal foi, como Rothbard demonstrou,

prefigurada por Herbert Hoover, defensor das grandes empresas, e renunciada nas reformas da era progressista. Como os historiadores econômicos revisionistas, como Gabriel Kolko, mostraram, aqueles que regulavam as grandes indústrias em nome da “reforma” progressista foram recrutados dos próprios cartéis e trustes que foram criados para domar.

E é claro que os monopolistas não se importavam em serem domados, desde que seus concorrentes fossem domados (se não eliminados). Cada salto gigantesco de planejamento econômico e centralização – banco central, estado de bem-estar social, “direitos civis” e ação afirmativa – foi apoiado, se não iniciado, pelos maiores e mais poderosos interesses comerciais do país. A Dinastia Morgan, os Rockefellers e os Kuhn-Loebs devem ser colocados ao lado da Primeira, Segunda e Terceira

Internacionais como inimigos históricos da liberdade.

As gigantescas corporações multinacionais e seus satélites econômicos, em aliança com governos e grandes bancos, estão em processo de estender sua influência em escala global: sonham com um banco central mundial, planejamento global e um estado de bem-estar internacional, com tropas policiando o mundo para garantir suas margens de lucro.

Após a longa batalha para criar um banco central nos EUA, os altos sacerdotes das grandes instituições financeiras finalmente conquistaram e consolidaram o controle da política econômica doméstica. Restava-lhes apenas estender seu domínio internacionalmente e, para isso, criaram o Conselho de Relações Exteriores e, mais tarde, a Comissão Trilateral.

Esses dois grupos foram apodoados pela nova direita populista

como as personificações virtuais da Elite Dominante, e com razão. É somente lendo Rothbard, no entanto, que esse insight é colocado em sua perspectiva histórica adequada. Pois o fato é que, como mostra Rothbard, a rede CRE/Trilateralista é apenas a última personificação de uma tendência profundamente enraizada na história americana moderna. Muito antes da fundação do CRE ou da Comissão Trilateral, havia uma elite dominante neste país; essa elite provavelmente durará muito tempo depois que essas organizações desaparecerem ou se transformarem em outra coisa. O desmascaramento de Rothbard das raízes históricas e econômicas dessa tendência é vital para entender que não se trata de uma “conspiração” centrada na CRE e nos grupos trilateralistas, enquanto tais, mas uma tendência ideológica tradicionalmente centrada no Nordeste, entre as classes altas, e

profundamente enraizado na história americana.

Coloco a palavra “conspiração” entre aspas porque ela se tornou o palavrão favorito da Respeitável Direita e da Esquerda “extremista”. Se é conspiração acreditar que os seres humanos se envolvem em atividades propositas para alcançar seus objetivos econômicos, políticos e pessoais, então homens e mulheres racionais devem necessariamente se declarar culpados. A alternativa é afirmar que a ação humana é sem propósito, aleatória e inexplicável. A história, nessa visão, é uma série de acidentes descontínuos.

No entanto, seria impreciso chamar a visão de mundo rothbardiana de “teoria da conspiração”. Dizer que a Dinastia Morgan estava engajada em uma “conspiração” para arrastar os EUA para a Primeira Guerra Mundial, quando na verdade usou

abertamente todos os estratagemas, todas as alavancas econômicas e políticas, para nos empurrar para “a guerra para acabar com todas as guerras,” parece lamentavelmente inadequado. Esta não foi uma reunião secreta da cabala em uma sala de reuniões corporativa à prova de som, mas uma “conspiração” de ideias expostas aberta e vociferantemente. (Neste ponto, observe e sublinhe a análise de Rothbard sobre a fundação da *The New Republic* como o carro-chefe literário da “crescente aliança para a guerra e o estatismo” entre os interesses de Morgan e os intelectuais progressistas – e não é engraçado como algumas coisas nunca mudam?)

Uma teoria da conspiração atribui praticamente todos os problemas sociais a uma única agência monolítica. O feminismo radical, que atribui todo o mal do mundo à existência dos homens, é uma teoria da conspiração

clássica; as visões paranoicas dos ex-comunistas do movimento conservador, que estavam obcecados em destruir seus ex-companheiros, era outra.

Mas a complexidade e sutileza da análise rothbardiana, apoiada pela enorme massa de ricos detalhes históricos, coloca Rothbard em um plano totalmente diferente e superior. Aqui não há uma agência única, nenhum comitê central onipotente que emita diretrizes, mas uma multiplicidade de grupos de interesse e facções cujos objetivos são geralmente congruentes.

Nesse meio, há conexões familiares, sociais e econômicas, bem como cumplicidade ideológica, e ninguém é melhor do que Rothbard para bisbilhotar e desvendar esses detalhes biográficos. Tomadas em conjunto, as pequenas e estudadas pinceladas do autor pintam o retrato de uma classe dominante cuja crueldade é superada

apenas por sua descarada deslealdade à nação.

É um retrato que permanece inalterado, em sua essência, até hoje. *Wall Street, bancos, e a política externa americana* foi escrito e publicado em 1984, durante os anos Reagan.

Reagan começou denunciando a elite dominante e especificamente o CRE e os trilateralistas, mas acabou ficando com o epítome do establishment, o membro da sociedade Skull & Bones George Bush como seu vice-presidente e sucessor.

Bush é um diretor do CRE de longa data, e trilateralista; a maioria de seus principais membros de gabinete, incluindo seu secretário de Estado, Colin Powell, eram membros do CRE. O governo Clinton está igualmente acometido, desde o Presidente (CRE/Trilateral) até Donna Shalala (CRE/Trilateral) e George Stephanopoulos (CRE), com o CRE infiltrado

(como sempre) em todo o Departamento de Estado. Além do secretário de Estado Warren Christopher, outros membros do CRE no gabinete de Clinton incluem Laura Tyson, presidente do Conselho de Assessores Econômicos, o secretário do Tesouro Robert Rubin; o secretário do Interior Bruce Babbitt, o chefe do HUD Henry Cisneros; e Alice Rivlin, diretora da OMB.

O outro lado do corredor é igualmente cooptado no nível da liderança, como vividamente dramatizado pela retirada de Gingrich diante do poder e majestade de Henry Kissinger. Naturalmente, espera-se covardia dos políticos, mas a acusação também inclui o que se passa com os líderes intelectuais da “revolução” republicana de livre mercado.

Há uma certa mentalidade que, por mais convincentes que sejam as evidências, jamais consideraria o argumento apresentado em *Wall Street*,

bancos, e a política externa americana. Essa atitude decorre de um tipo particular de covardia. É um medo, antes de tudo, de não ser ouvido, um medo de se entregar ao papel de Cassandra, a antiga profetisa grega que recebeu o poder de previsão dos deuses, com apenas uma única limitação: que ninguém nunca preste atenção aos seus avisos. É muito mais fácil e muito mais lucrativo desempenhar o papel de historiador da corte.

Este é um papel que o autor deste panfleto brilhante nunca poderia ter desempenhado, mesmo que tivesse tentado. Pois a verdade (ou, pelo menos, a busca por ela) é muito mais interessante do que as histórias oficiais e a sabedoria convencional do momento. O puro prazer que Rothbard teve em desenterrar a verdade, em cumprir sua vocação como um verdadeiro erudito, é evidente não apenas em cada página do presente trabalho,

mas em seus 28 livros e milhares de artigos e discursos.

Rothbard não tinha medo de compartilhar o destino de Cassandra porque, em primeiro lugar, a verdade é um valor por si só, e deve ser defendida por si mesma. Em segundo lugar, eventualmente a verdade sempre aparece, apesar dos esforços mais árduos para suprimi-la.

A lição aqui, acredito, é que a economia austríaca não deve proceder de maneira que vise exclusivamente ganhar aceitação entre os economistas tradicionais. Isso não quer dizer que os austríacos devam se retirar dos debates e não se envolver com outros economistas – longe disso. Linhas de comunicação e debate devem ser mantidas e discussões sobre pontos em comum e divergências com outras escolas de pensamento econômico devem prosseguir, como é a grande

tradição da Escola Austríaca. No entanto, minha experiência com os alunos sugere que a estratégia mais frutífera é espalhar o conhecimento da Escola Austríaca para um público tão amplo quanto possível, especialmente entre aqueles com uma mente aberta. A grande vantagem prática da Escola Austríaca é que ela é uma forma de análise econômica baseada no realismo e nos ajuda a entender tanto progresso quanto os problemas do mundo real. Portanto, é uma ferramenta útil para as pessoas no mundo real, mas é de pouca utilidade e, na verdade, é uma ameaça para os economistas acadêmicos convencionais.

Um último ponto que eu gostaria de mencionar é que, em 1989, quando Hans publicou *Uma teoria do socialismo e do capitalismo*, todos os livros de sistemas econômicos comparativos estavam obsoletos por causa dos eventos relacionados à queda do

*WALL STREET, BANCOS, E A POLÍTICA EXTERNA
AMERICANA*

comunismo. Em contraste, o livro de Hans não apenas foi oportuno, mas provou ser atemporal no sentido de que continua, vinte anos depois, a ser tão relevante como sempre e um tratado clássico sobre o assunto.

Wall Street, bancos e política externa americana

Empresário ou industriais podem ser verdadeiros empreendedores livres ou estatistas; eles podem ganhar a vida no livre mercado ou buscar favores e privilégios governamentais especiais. Eles escolhem de acordo com suas preferências e valores individuais. Mas os banqueiros são inerentemente inclinados ao estatismo.

Os banqueiros *comerciais*, engajados como estão em crédito falso de reserva fracionária, estariam, no mercado livre, sempre à beira da falência.

Por isso, eles estão sempre buscando ajuda e resgate do governo.

Os banqueiros de *investimento* fazem grande parte de seus negócios garantindo títulos do governo, nos Estados Unidos e no exterior. Portanto, eles têm interesse em promover déficits e em forçar os pagadores de impostos a resgatar a dívida do governo. Ambos os conjuntos de banqueiros, então, tendem a estar vinculados à política do governo e tentam influenciar e controlar as ações do governo em assuntos internos e externos.

Nos primeiros anos do século XIX, o mercado de capitais organizado nos Estados Unidos estava em grande parte confinado aos títulos do governo (então chamados de “ações”), juntamente com as empresas de canais e os próprios bancos. Qualquer banco de investimento que existisse estava, portanto, concentrado na dívida do governo. Da Guerra Civil até a década

de 1890, praticamente não havia corporações manufatureiras; manufatura e outros negócios eram parcerias e ainda não haviam atingido o tamanho necessário para adotar a forma corporativa. A única exceção foram as ferrovias, a maior indústria dos EUA. Os primeiros bancos de investimento, portanto, concentraram-se em títulos ferroviários e títulos do governo.

A primeira grande casa bancária de investimento nos Estados Unidos foi uma criatura de privilégio do governo. Jay Cooke, um promotor de negócios nascido em Ohio que morava na Filadélfia, e seu irmão Henry, editor do principal jornal republicano de Ohio, eram amigos íntimos do senador Salmon P. Chase, de Ohio. Quando o novo governo de Lincoln assumiu em 1861, os Cookes fizeram um grande lobby para garantir a Chase a nomeação de Secretário do Tesouro. Esse lobby, mais a enorme soma de

US\$100.000 que Jay Cooke despejou nos cofres políticos de Chase, induziu Chase a retribuir o favor concedendo a Cooke, recém estabelecido como banqueiro de investimentos, um monopólio extremamente lucrativo na garantia de toda a dívida federal.

Cooke e Chase então conseguiram usar o monopólio republicano virtual no Congresso durante a guerra para transformar o sistema bancário comercial americano de um mercado relativamente livre em um sistema bancário nacional centralizado pelo governo federal sob controle de Wall Street. Um aspecto crucial desse sistema era que os bancos nacionais só podiam expandir o crédito na proporção dos títulos federais que possuíam — títulos que eram forçados a comprar de Jay Cooke.

Jay Cooke & Co. provou ser extremamente influente nos governos republicanos do pós-guerra, que

continuaram seu monopólio na garantia de títulos do governo. A Dinastia Cooke chegou a seu bem merecido destino ao falir no Pânico de 1874, um fracasso auxiliado por seu grande rival, o então Drexel, Morgan & Co, com sede na Filadélfia.

JP Morgan

Depois de 1873, Drexel, Morgan e sua figura dominante, J. P. Morgan, tornaram-se, de longe, a principal empresa de investimentos nos EUA. O outro grande interesse financeiro poderoso no Partido Democrata foi o poderoso banco de investimento europeu dos Rothschilds, cujo agente, August Belmont, foi tesoureiro do Partido Democrata nacional por muitos anos.

A enorme influência dos Morgans nos governos democratas de Grover Cleveland (1885-1889, 1893-1897) pode ser vista simplesmente olhando para seus líderes. O próprio Grover Cleveland passou praticamente toda a sua vida no âmbito Morgan. Ele cresceu em Buffalo como advogado ferroviário, sendo um de seus principais clientes a New York Central

Railroad, dominada por Morgan. Entre os governos, tornou-se sócio do poderoso escritório de advocacia Bangs, Stetson, Tracey e MacVeagh, em Nova York. Essa firma, no final da década de 1880, tornou-se a principal firma jurídica da Dinastia Morgan, em grande parte porque o sócio sênior Charles B. Tracey era cunhado de J. P. Morgan. Depois que Tracey morreu em 1887, Francis Lynde Stetson, um velho amigo próximo de Cleveland, tornou-se o sócio dominante da firma, bem como o advogado pessoal de J. P. Morgan. (Esta é agora a empresa de Wall St. de Davis, Polk e Wardwell.)

Os gabinetes de Grover Cleveland estavam infiltrados por homens de Morgan, com uma reverência ocasional para outros banqueiros. Considerando os funcionários mais encarregados da política externa, seu primeiro secretário de Estado, Thomas F. Bayard, foi um aliado próximo e

discípulo de August Belmont; na verdade, o filho de Belmont, Perry, viveu e trabalhou para Bayard no Congresso como seu principal assessor. O secretário de Estado dominante no segundo governo de Cleveland foi o poderoso Richard Olney, um dos principais advogados dos interesses financeiros de Boston, que sempre esteve ligado aos Morgans e, em particular, estava no conselho da Boston and Maine Railroad, administrada por Morgan, e mais tarde ajudaria Morgan a organizar a General Electric Company.

Os setores de Guerra e Marinha sob Cleveland eram igualmente dominados por banqueiros. O secretário de guerra dos Brahmins de Boston (as famílias da elite de Boston), William C. Endicott, casou-se com um membro da rica família Peabody. O tio da esposa de Endicott, George Peabody, havia estabelecido uma firma bancária que incluía o pai de J. P. Morgan como

sócio sênior; e um Peabody tinha sido padrinho no casamento de J.P. O secretário da Marinha liderava o financista da cidade de Nova York William C. Whitney, um amigo próximo e principal conselheiro político de Cleveland. Whitney estava intimamente ligado aos Morgans na administração da Ferrovia Central de Nova York.

O secretário da Guerra no segundo governo de Cleveland era um velho amigo e assessor de Cleveland, Daniel S. Lamont, anteriormente funcionário e protegido de William C. Whitney. Finalmente, o segundo secretário da Marinha foi uma congressista do Alabama, Hilary A. Herbert, advogada e amiga muito próxima de Mayer Lehman, sócio fundador da empresa mercantil nova-iorquina Lehman Brothers, que logo se voltaria agressivamente para setor de bancos de investimento. De fato, o filho de Mayer, Herbert, que mais tarde seria

governador de Nova York durante o New Deal, recebeu o nome de Hilary Herbert.

O grande ponto de virada da política externa americana ocorreu no início da década de 1890, durante o segundo governo de Cleveland. Foi então que os EUA passaram de forma acentuada e permanente de uma política externa de paz e não intervenção para um programa agressivo de expansão econômica e política no exterior. No centro da nova política estavam os principais banqueiros dos Estados Unidos, ansiosos para usar a crescente força econômica do país para subsidiar e alimentar à força os mercados de exportação e os canais de investimento que eles financiariam, bem como para garantir títulos de governos do Terceiro Mundo. O principal foco da expansão agressiva na década de 1890 foi a América Latina, e o principal Inimigo a ser desalojado foi a

Grã-Bretanha, que havia dominado os investimentos estrangeiros naquela vasta região.

Em uma notável série de artigos em 1894, a revista *Bankers* estabeleceu a agenda para o restante da década. Sua conclusão: se “pudéssemos arrancar os mercados sul-americanos da Alemanha e da Inglaterra e mantê-los permanentemente, isso seria de fato uma conquista que talvez valesse um grande sacrifício”.

O associado de longa data de Morgan, Richard Olney, atendeu ao chamado, como Secretário de Estado de 1895 a 1897, colocando os EUA rumo a um Império. Depois de deixar o Departamento de Estado, ele resumiu publicamente a política que havia seguido. O velho isolacionismo anunciado pelo discurso de despedida de George Washington acabou, ele vaticinou. Chegou a hora, declarou Olney, em que “cabe a nós aceitar a posição

de comando (...) entre o Poder da Terra”. E, “a necessidade atual urgente de nossos interesses comerciais”, acrescentou, “é mais mercados e mercados maiores” para produtos americanos, especialmente na América Latina.

Honrando suas palavras, Cleveland e Olney passaram a usar beligerantemente o poder dos EUA para expulsar a Grã-Bretanha de seus mercados e pontos estratégicos na América Latina. Em 1894, a Marinha dos Estados Unidos usou ilegalmente a força para romper o bloqueio do Rio de Janeiro por uma rebelião apoiada pelos britânicos com o objetivo de restaurar a monarquia brasileira. Para garantir que a rebelião fosse sufocada, a Marinha dos EUA estacionou navios de guerra no porto do Rio por vários meses.

Durante o mesmo período, o governo dos EUA enfrentou uma

situação complicada na Nicarágua, onde planejava garantir os títulos da American Maritime Canal Company para construir um canal cruzado o país. O novo regime do general Zelaya ameaçava revogar essa concessão do canal; ao mesmo tempo, uma reserva independente de índios Mosquitos, protegida por décadas pela Grã-Bretanha, situava-se na extremidade leste do canal proposto. Em uma série de manobras hábeis, usando a Marinha e desembarcando os fuzileiros navais, os EUA conseguiram subjugar Zelaya e expulsar os britânicos e assumir o território Mosquito.

Em Santo Domingo (atual República Dominicana), a França recebeu o Grande Porrete americano. Na Santo Domingo Improvement Company, em 1893, um consórcio de banqueiros de Nova York comprou toda a dívida de Santo Domingo de uma empresa holandesa, recebendo o direito

de cobrar todas as receitas alfandegárias dominicanas em pagamento pela dívida. Os franceses ficaram tensos no ano seguinte, quando um cidadão francês foi assassinado naquele país, e o governo francês ameaçou usar a força para obter reparações. Seu alvo para reparações era a receita alfandegária dominicana, momento em que os EUA enviaram um navio de guerra para a área para intimidar os franceses.

Mas a crise mais alarmante desse período ocorreu em 1895-96, quando os EUA estavam a um fio de uma guerra real com a Grã-Bretanha por uma disputa territorial entre a Venezuela e a Guiana Britânica. Essa disputa de fronteira durava quarenta anos, mas a Venezuela atraiu astutamente o interesse americano ao conceder concessões aos americanos em jazidas de ouro na área disputada.

Aparentemente, Cleveland estava farto da “ameaça britânica” e se avançou rapidamente para a guerra. Seu amigo próximo Don Dickinson, dirigente do Partido Democrata de Michigan, fez um discurso belicoso em maio de 1895 como presidente interino. As guerras são inevitáveis, declarou Dickinson, pois surgem da competição comercial entre as nações. Os Estados Unidos enfrentam o perigo de numerosos conflitos, e claramente o inimigo era a Grã-Bretanha. Depois de revisar a história da suposta ameaça britânica, Dickinson vaticinou que “precisamos e devemos ter mercados abertos em todo o mundo para manter e aumentar nossa prosperidade”.

Em julho, o secretário de Estado Olney enviou aos britânicos uma nota insultuosa e contundente, declarando que “os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente, e seu decreto é lei sobre os

assuntos aos quais limita sua interposição”. O presidente Cleveland, irritado com a rejeição britânica da nota, entregou um comunicado virtual de guerra ao Congresso em dezembro, mas a Grã-Bretanha, recentemente ocupada com problemas com os bôeres na África do Sul, decidiu ceder e concordar com um acordo de fronteira. Ofensivamente, os venezuelanos não receberam um único assento na comissão de arbitragem acordada.

Com efeito, os britânicos, ocupados em outros lugares, cederam o domínio na América Latina aos Estados Unidos. Era hora de os EUA encontrarem mais inimigos para desafiar.

A próxima e maior intervenção latino-americana foi, é claro, em Cuba, onde um governo republicano entrou na guerra instigado por sua ala jingo estreitamente aliada aos interesses de Morgan, liderada pelo jovem

secretário adjunto da Marinha Theodore Roosevelt e por seu poderoso mentor Brahmin de Boston, o senador Henry Cabot Lodge. Mas a intervenção americana em Cuba começou no regime de Cleveland-Olney.

Em fevereiro de 1895, uma rebelião pela independência cubana eclodiu contra a Espanha. A resposta original dos EUA foi tentar acabar com a ameaça de guerra revolucionária aos interesses de propriedade americanos, apoiando o domínio espanhol, alterado por uma autonomia dos cubanos para pacificar seus desejos de independência. Aqui estava o prenúncio da política externa dos EUA desde então: tentar executar manobras nos países do Terceiro Mundo para patrocinar “forças alternativas” ou interesses “moderados” que não existem na realidade. O grande proponente dessa política foi o milionário açucareiro cubano Edwin F. Atkins, amigo íntimo

do também bostoniano Richard Olney e sócio da J. P. Morgan and Company.

No outono de 1895, Olney concluiu que a Espanha não poderia vencer e que, em vista do “grande e importante comércio entre os dois países” e das “grandes quantidades de capital americano” em Cuba, os EUA deveriam executar uma mudança de 180 graus e apoiar os rebeldes, até mesmo reconhecendo a independência cubana. O fato de que tal reconhecimento certamente levaria à guerra com a Espanha não parecia digno de nota. Os EUA haviam entrado no caminho da guerra com a Espanha, um caminho que chegaria à sua conclusão lógica três anos depois.

Apoiando ardentemente o curso pró-guerra estavam Edwin F. Atkins e August Belmont, em nome dos interesses bancários de Rothschild. A Dinastia Rothschild, que havia sido financiadora de longa data da

Espanha, recusou-se a estender qualquer crédito adicional à Espanha e, em vez disso, garantiu emissões de títulos revolucionários cubanos e até assumiu total obrigação pelo saldo não garantido.

Durante a conquista de Cuba na Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos também aproveitaram a ocasião para expandir muito seu poder na Ásia, tomando primeiro o porto de Manila e depois todas as Filipinas, e depois disso passou vários anos esmagando as forças revolucionárias do movimento de independência das Filipinas.

Uma política agressiva na Ásia

O final da década de 1890 também viu uma nova reviravolta na atitude dos Estados Unidos em relação ao Extremo Oriente. Expandindo-se rapidamente para o Pacífico em busca de ganhos econômicos e financeiros, o governo dos EUA viu que a Rússia, a Alemanha e a França estavam retalhando cada vez mais concessões territoriais e econômicas no território da agonizante dinastia imperial chinesa. Chegando tarde no jogo imperial da Ásia, e não dispostos a arriscar gastos de tropas em grande escala, os EUA, liderados por Olney e seguidos pelos republicanos, decidiram se unir à

Grã-Bretanha. Os dois países então usariam os japoneses para fornecer as tropas de choque que fariam recuar a Rússia e a Alemanha e distribuiriam benefícios imperiais para ambos os seus aliados distantes, em uma divisão de espólios conhecida eufemisticamente como “Porta Aberta”. Com a Grã-Bretanha deixando o campo livre para os EUA na América Latina, os EUA poderiam se dar ao luxo de unir forças de maneira amigável com a Grã-Bretanha no Extremo Oriente.

Um grande impulso para uma política mais agressiva na Ásia foi fornecido pela tentação de concessões ferroviárias. Fazendo lobby pesado para concessões ferroviárias estava a American China Development Company (ACDC), organizada em 1895 e consistindo de um consórcio dos principais interesses financeiros dos EUA, incluindo James Stillman do então National City Bank controlado por

Rockefeller; Charles Coster, especialista em ferrovias da J. P. Morgan and Co.; Jacob Schiff, chefe do banco de investimento de Nova York Kuhn, Loeb and Co.; e Edward H. Harriman, magnata ferroviário. Olney e o Departamento de Estado pressionaram fortemente a China por concessões a ACDC para uma ferrovia Pequim-Hankow e uma ferrovia através da Manchúria, mas em ambos os casos o sindicato americano foi bloqueado. A Rússia pressionou a China com sucesso para conceder a esse país o direito de construir uma ferrovia na Manchúria; e um sindicato belga, apoiado pela França e pela Rússia, ganhou a concessão Pequim-Hankow da China.

Era hora de medidas mais severas. O advogado da ACDC criou o Comitê de Interesses Americanos na China, que logo se transformou na Associação Asiática Americana,

dedicada a uma política americana mais agressiva em favor dos interesses econômicos na China. Depois de ajudar as potências europeias a suprimir a rebelião nacionalista dos Boxers na China em 1900, os EUA também ajudaram a expulsar as tropas russas da Manchúria. Finalmente, em 1904, o presidente Theodore Roosevelt incitou o Japão a atacar a Rússia, e o Japão conseguiu expulsar a Rússia da Manchúria e acabar com as concessões econômicas da Rússia. Roosevelt prontamente aceitou o domínio resultante do Japão na Coreia e na Manchúria, esperando que o Japão também protegesse os interesses econômicos americanos na área.

Theodore Roosevelt foi um homem de Morgan desde o início de sua carreira. Seu pai e seu tio eram banqueiros de Wall Street, ambos intimamente associados a várias ferrovias dominadas por Morgan. O primo em

primeiro grau de Roosevelt e principal consultor financeiro, W. Emlen Roosevelt, fazia parte do conselho de vários bancos de Nova York, incluindo o Astor National Bank, cujo presidente era George F. Baker, amigo próximo e aliado de J. P. Morgan e chefe do principal banco comercial de Morgan, o First National Bank of New York. Além disso, em Harvard, o jovem Theodore casou-se com Alice Lee, filha de George Cabot Lee, e era parente das principais famílias Brahmin de Boston. Kinsman Henry Cabot Lodge logo se tornou o mentor político de longa data de Theodore.

Ao longo do século XIX, os republicanos foram principalmente um partido apoiador da inflação e de altas tarifas, enquanto os democratas foram o partido do livre comércio e do dinheiro sólido, ou seja, o padrão-ouro. Em 1896, no entanto, as forças inflacionistas radicais lideradas por

William Jennings Bryan capturaram a indicação presidencial democrata, e assim os Morgans, anteriormente dominantes no Partido Democrata, enviaram uma mensagem ao candidato republicano, William McKinley, por meio de Henry Cabot Lodge. Lodge afirmou que os interesses de Morgan apoiariam McKinley caso os republicanos apoiassem o padrão-ouro. O acordo foi fechado.

William McKinley refletiu o domínio do Partido Republicano pelos interesses Rockefeller/Standard Oil. A Standard Oil estava originalmente sediada na casa de Rockefeller em Cleveland, e o magnata do petróleo tinha há muito tempo uma influência dominante na política republicana de Ohio. No início da década de 1890, Marcus Hanna, industrial e colega de escola de John D. Rockefeller, uniu-se a Rockefeller e outros financistas para salvar McKinley da falência, e Hanna

tornou-se o principal conselheiro político de McKinley e presidente do Comitê Nacional Republicano. Como prêmio de consolação aos interesses de Morgan pela captura de McKinley da indicação republicana, o homem de Morgan Garret A. Hobart, diretor de várias empresas Morgan, incluindo o Liberty National Bank de Nova York, tornou-se vice-presidente.

A morte de Hobart em 1899 deixou uma “vaga Morgan” no posto de vice-presidente, quando McKinley foi indicado. McKinley e Hanna eram hostis a Roosevelt, considerando-o “errático” e um “louco”, mas depois que vários homens de Morgan recusaram a indicação, e após o intenso lobby do sócio de Morgan George W. Perkins, Teddy Roosevelt finalmente recebeu a indicação para vice-presidente. Não é de surpreender que praticamente o primeiro ato de Teddy após a eleição de 1900 tenha sido

oferecer um jantar luxuoso em homenagem a J. P. Morgan.

Teddy Roosevelt e o “Louco Solitário”

O súbito aparecimento de um dos “loucos solitários” tão comuns na história política americana levou ao assassinato de McKinley, e de repente o homem de Morgan Theodore Roosevelt se tornou presidente. John Hay, secretário de Estado expansionista que Roosevelt herdou de McKinley, teve a sorte de ter sua filha casada com o filho de William C. Whitney, da grande família ligada a Morgan. O próximo secretário de Estado e ex-secretário de Guerra de Roosevelt foi seu velho amigo Elihu Root, advogado pessoal de J. P. Morgan. Root nomeou como seu secretário adjunto um

amigo próximo de Roosevelt, Robert Bacon, sócio de Morgan, e no devido tempo Bacon tornou-se secretário de Estado de Roosevelt. O primeiro secretário da Marinha nomeado por Roosevelt foi Paul Morton, vice-presidente da Ferrovia Atchison, Topeka e Santa Fé, controlada por Morgan, e seu secretário assistente foi Herbert L. Satterlee, que se destacava por ser genro de J. P. Morgan.

O maior auxílio direto de Theodore Roosevelt aos interesses de Morgan é pouco conhecido. É bem conhecido que Roosevelt projetou uma falsa revolução na Colômbia em 1903, criando o novo estado do Panamá e entregando a Zona do Canal aos Estados Unidos. O que não foi totalmente divulgado é quem se beneficiou dos US\$40 milhões que o governo dos EUA pagou, como parte do acordo do Panamá, aos proprietários da antiga falida Panama Canal Company, uma

empresa francesa que anteriormente havia recebido uma concessão colombiana para cavar um canal do Panamá.

O lobista da Panama Canal Company, o advogado de Nova York William Nelson Cromwell, ligado a Morgan, literalmente sentou-se na Casa Branca dirigindo a “revolução” e organizando o acordo final. Sabemos agora que, em 1900, as ações da antiga Companhia Francesa do Canal do Panamá foram compradas por um sindicato financeiro americano, liderado por J. P. Morgan & Co., e formado pelo principal advogado de Morgan, Francis Lynde Stetson. O sindicato também incluía membros dos grupos financeiros Rockefeller, Seligman e Kuhn, Loeb, bem como Perkins e Satterlee.

O sindicato se saiu bem com a revolução do Panamá, comprando as ações a dois terços do valor nominal e

vendendo-as, após a revolução, pelo dobro do preço. Um membro do sindicato foi especialmente afortunado: o cunhado de Teddy Roosevelt, Douglas E. Robinson, diretor do Astor National Bank de Morgan. Pois William Cromwell foi nomeado o agente fiscal da nova República do Panamá, e Cromwell prontamente colocou US\$6 milhões do pagamento de US\$10 milhões que os EUA fizeram aos revolucionários panamenhos em hipotecas da cidade de Nova York por meio da empresa imobiliária do mesmo Douglas E. Robinson.

Após a virada do século, uma selvagem guerra econômica e política se desenvolveu entre os interesses de Morgan, por um lado, e os interesses aliados de Harriman-Kuhn e Loeb-Rockefeller, por outro. Harriman e Kuhn, Loeb assumiu o controle da Union Pacific Railroad e as duas forças titânicas lutaram por um empate

pelo controle do Norte do Pacífico. Além disso, mais ou menos ao mesmo tempo, uma "guerra do petróleo" financeira e política mundial de longa duração eclodiu entre a Standard Oil, anteriormente monopolista nos mercados de petróleo bruto e de exportação fora dos EUA, e a florescente British Royal Dutch Shell— Rothschild integradas.

E como os Morgans e os Rothschilds eram aliados de longa data, certamente é sensato concluir – embora não haja fatos concretos para provar isso – que Teddy Roosevelt lançou seu selvagem ataque antitruste para quebrar a Standard Oil como uma contribuição de Morgan para a luta mundial. Além disso, a Gulf Oil, de propriedade da Mellon, era aliada da Shell integrada, e isso pode explicar o fato de o ex-advogado da Morgan e da Mellon, Philander Knox, procurador-geral

de Roosevelt, abrir de bom grado o processo contra a Standard Oil.

O sucessor de Roosevelt, William Howard Taft, sendo um republicano de Ohio, era aliado do lado Rockefeller, e então ele começou a se vingar dos Morgans, entrando com ações antitruste para desmembrar os dois principais fundos de Morgan, International Harvester e United States Steel. Agora era uma guerra total, e assim os Morgans em 1912 criaram deliberadamente um novo partido, o Partido Progressista, liderado pelo ex-sócio de Morgan, George W. Perkins. O objetivo bem-sucedido do Partido Progressista era tirar Theodore Roosevelt da aposentadoria para concorrer à presidência, a fim de derrotar Taft, e eleger, pela primeira vez em uma geração, um presidente democrata. O novo partido foi extinto logo depois.

Os apoiadores de Roosevelt estavam repletos de financistas no

âmbito de Morgan, incluindo o juiz Elbert Gary, presidente do conselho da U.S. Steel; Medill McCormick da família International Harvester; e Willard Straight, sócio de Morgan. No mesmo ano, Straight e sua esposa herdeira, Dorothy Whitney, fundaram a revista semanal de opinião, *The New Republic*, simbolizando a crescente aliança pela a guerra e o estatismo entre os Morgans e vários dos progressistas mais moderados (ou seja, não marxistas) e intelectuais socialistas.

Morgan, Wilson e a Guerra

A manobra Morgan do Partido Progressista deliberadamente garantiu a eleição de Woodrow Wilson como presidente democrata. O próprio Wilson, até quase a época de concorrer à presidência, esteve por vários anos no conselho da Mutual Life Insurance Company, controlada por Morgan. Ele também estava cercado por homens Morgan. Seu genro, William Gibbs McAdoo, que se tornou secretário do Tesouro de Wilson, era um empresário falido na cidade de Nova York quando foi socorrido e fez amizade com J. P. Morgan e seus associados. Os Morgans então definiram McAdoo como presidente da Hudson and Manhattan Railroad de Nova York até sua

nomeação no governo Wilson. McAdoo passaria o resto de sua vida financeira e política com segurança no âmbito de Morgan.

O principal patrocinador da corrida de Wilson à presidência foi George W. Harvey, chefe da editora Harper & Brothers, controlada por Morgan; outros grandes financiadores incluíam o financista de Wall Street e associado de Morgan Thomas Fortune Ryan, e o colega de faculdade de Wilson e aliado de Morgan Cyrus H. McCormick, chefe da International Harvester.

Outro amigo próximo e principal conselheiro político de Wilson foi o banqueiro da cidade de Nova York George Foster Peabody, filho dos Brahmins de Boston e um banqueiro de Morgan. Uma figura particularmente fascinante na fatídica política externa de Wilson foi o “Coronel” Edward Mandell House, da rica família House do

Texas, que estava profundamente envolvida na propriedade de terras, comércio, bancos e ferrovias. O próprio House foi chefe por vários anos da Trinity and Brazos Valley Railway, financiada pela família House em colaboração com os interesses financeiros de Boston associados a Morgan, particularmente da Old Colony Trust Company. A misteriosa House, embora nunca agraciada com um cargo oficial do governo, é geralmente reconhecida como o todo-poderoso conselheiro e assessor de política externa de Wilson por praticamente todos os seus dois mandatos.

Em 1914, o império Morgan estava em uma situação financeira cada vez mais instável. Os Morgans há muito estavam comprometidos com as ferrovias e, após a virada do século, as ferrovias altamente subsidiadas e regulamentadas entraram em declínio permanente. Os Morgans também não

havia sido suficientemente ativos no novo mercado de capitais de títulos industriais, que havia começado na década de 1890, permitindo que Kuhn e Loeb os vencessem na corrida pelo financiamento industrial. Para piorar a situação, a New Haven Railroad, de US\$400 milhões, administrada por Morgan, faliu em 1914.

No momento de grande perigo financeiro para os Morgans, o advento da Primeira Guerra Mundial veio como uma dádiva de Deus. Há muito ligados a interesses financeiros britânicos, incluindo os Rothschild, os Morgans entraram na briga, rapidamente garantindo a nomeação, para J. P. Morgan & Co., de agente fiscal para os governos britânico e francês em guerra e subscritor de monopólio para seus títulos de guerra no Estados Unidos. J. P. Morgan também se tornou o agente fiscal do Banco da Inglaterra, o poderoso banco central inglês. Não só

isso: os Morgans estavam fortemente envolvidos no financiamento de munições americanas e outras empresas que exportavam equipamentos de guerra para a Grã-Bretanha e a França. Além disso, a J. P. Morgan & Co. tornou-se a autoridade central que organiza e canaliza as compras de guerra para as duas nações aliadas.

Os Estados Unidos estavam em forte recessão durante 1913 e 1914; o desemprego era alto e muitas fábricas operavam com apenas 60% da capacidade. Em novembro de 1914, Andrew Carnegie, intimamente aliado aos Morgans desde que sua Carnegie Steel Corporation se fundiu na formação da United States Steel, escreveu ao presidente Wilson lamentando as condições dos negócios, mas animadamente esperando uma grande mudança para melhor das compras dos Aliados de exportações dos EUA.

Com certeza, as exportações de equipamento de guerra aumentaram. As exportações de ferro e aço quintuplicaram de 1914 a 1917, e a taxa média de lucro das empresas de ferro e aço aumentou de 7,4% para 28,7% de 1915 a 1917. As exportações de explosivos para os Aliados aumentaram dez vezes apenas em 1915. No geral, de 1915 a 1917, o departamento de exportação da J. P. Morgan and Co. negociou mais de US\$3 bilhões em contratos para a Grã-Bretanha e a França. No início de 1915, o secretário McAdoo estava escrevendo para Wilson saudando a “grande prosperidade” trazida pelas exportações de guerra para os Aliados, e um proeminente autor de negócios escreveu no ano seguinte que “Guerra, para a Europa, significa devastação e morte; para os EUA uma safra abundante de novos milionários e uma aceleração

frenética do renascimento da prosperidade”.

Repletos de títulos aliados e exportação de munições, os Morgans estavam indo extraordinariamente bem; e seus grandes rivais, Kuhn e Loeb, sendo pró-germânicos, ficaram necessariamente fora da bonança aliada durante a guerra. Mas havia um problema: tornou-se imperativo que os Aliados vencessem a guerra. Não é de surpreender, portanto, que desde o início do grande conflito, J. P. Morgan e seus associados fizeram tudo o que podiam para empurrar os Estados Unidos supostamente neutros para a guerra ao lado da Inglaterra e da França. Como o próprio Morgan disse: “Nós concordamos que deveríamos fazer tudo o que estava legalmente ao nosso alcance para ajudar os Aliados a vencer a guerra o mais rápido possível.”

Assim, Henry P. Davison, sócio de Morgan, montou a Patrulha Costeira Aérea em 1915, para criar no público uma vontade de perseguir aviões alemães. Bernard M. Baruch, associado de longa data dos magnatas do cobre, a extremamente rica família Guggenheim, financiou o Campo de Treinamento de Empresários, em Plattsburgh, Nova York, projetado para impulsionar o treinamento militar universal e os preparativos para a guerra. Também participaram do financiamento do campo o sócio de Morgan, Willard Straight, e o ex-parceiro de Morgan, Robert Bacon. Além do próprio J. P. Morgan, uma série de líderes políticos afiliados a Morgan clamaram pela entrada imediata dos EUA na guerra ao lado dos Aliados, incluindo Henry Cabot Lodge, Elihu Root e Theodore Roosevelt.

Além disso, a Liga de Segurança Nacional foi fundada em

dezembro de 1914, para pedir a entrada americana na guerra contra a Alemanha. A LSN emitiu alertas sobre uma invasão alemã dos EUA, uma vez que a Inglaterra fosse derrotada, e chamou todos os defensores da paz e da não intervenção de “pró-alemães”, “estrangeiros perigosos”, “traidores” e “espiões”.

A LSN também defendia o treinamento militar universal, o recrutamento militar e a formação da maior marinha do mundo pelos EUA. Proeminentes na organização da Liga de Segurança Nacional estavam Frederic R. Coudert, advogado de Wall Street dos governos britânico, francês e russo; Simon e Daniel Guggenheim; T. Coleman DuPont, da família de munições; e uma série de financiadores proeminentes ligados a Morgan, incluindo o ex-sócio de Morgan Robert Bacon; Henry Clay Frick da Carnegie Steel; Juiz Gary da U.S. Steel; George

W. Perkins, sócio de Morgan, que foi chamado de “secretário de Estado” pelos interesses de Morgan; o ex-presidente Theodore Roosevelt; e o próprio J. P. Morgan.

Um sócio fundador particularmente interessante da LSN foi um homem que dominou a política externa americana durante o século XX: Henry L. Stimson, Secretário de Guerra sob William H. Taft e Franklin D. Roosevelt, e Secretário de Estado sob Herbert Hoover. Stimson, um advogado de Wall Street no âmbito de Morgan, era protegido do advogado pessoal de Morgan, Elihu Root, e dois de seus primos eram sócios no mercado de ações de Wall Street, dominado por Morgan, e na firma bancária Bonbright & Co.

Enquanto os Morgans e outros interesses financeiros rufavam os tambores da guerra, ainda mais influentes em empurrar o único

parcialmente relutante Wilson para a guerra foram sua política externa Svengali, o coronel House, e o protegido de House, Walter Hines Page, que foi nomeado embaixador da Grande Grã-Bretanha. O salário de Page neste prestigioso cargo influente foi generosamente subsidiado através do Coronel House pelo magnata do cobre Cleveland H. Dodge, um importante conselheiro de Wilson, que se beneficiou muito com as vendas de munições para os Aliados.

O coronel House gostava de posar como um instrumento abjeto dos desejos do presidente Wilson. Mas antes e depois da entrada dos EUA na guerra, a Câmara manipulou descaradamente Wilson, em colaboração secreta e traiçoeira com os britânicos, para pressionar o presidente primeiro a entrar na guerra e depois a seguir os desejos britânicos, em vez de

estabelecer um curso americano independente.

Assim, em 1916, House escreveu a seu amigo Frank L. Polk, conselheiro do Departamento de Estado e mais tarde conselheiro de J. P. Morgan, que “o presidente deve ser orientado” a não ser independente dos desejos britânicos. Aconselhando o primeiro-ministro britânico Arthur Balfour sobre a melhor forma de lidar com Wilson, House aconselhou Balfour a exagerar as dificuldades britânicas para obter mais ajuda americana e o advertiu para nunca mencionar negociações de paz. Além disso, Balfour vazou para o Coronel House os detalhes de vários tratados secretos dos Aliados que ambos sabiam que o ingênuo Wilson não aceitaria, e ambos concordaram em manter os tratados do presidente.

Da mesma forma, logo após a entrada dos EUA na guerra, os

britânicos enviaram aos EUA, como ligação pessoal entre o primeiro-ministro e a Casa Branca, o jovem chefe da inteligência militar britânica, Sir William Wiseman. House e Wiseman rapidamente entraram em uma estreita colaboração, com House treinando o inglês sobre a melhor maneira de lidar com o presidente, como “dizer a ele apenas o que ele quer ouvir”, nunca discutir com ele e descobrir e explorar suas fraquezas.

Por sua vez, o principal agente de inteligência da Grã-Bretanha manipulou House, constantemente o bajulando, e estabeleceu uma estreita amizade com o Coronel, conseguindo um apartamento no mesmo prédio na cidade de Nova York e viajando juntos para o exterior. Colaborando com House em seu plano para manipular Wilson em políticas pró-britânicas estava William Phillips, um secretário de

Estado assistente que se casou com um membro da família Astor.

Colaborando com House no fornecimento de informações ilegais a Wiseman e trabalhando com o agente britânico contra Wilson estavam dois importantes funcionários americanos. Um deles era Walter Lippman, um jovem socialista que fora nomeado pelo sócio de Morgan, Willard Straight, como um dos três editores de sua *New Republic*, uma revista que, não é preciso dizer, liderou o cortejo de intelectuais progressistas e socialistas a favor de entrar na guerra ao lado dos Aliados.

Lippmann logo assumiu papéis importantes no esforço de guerra: assistente do secretário de guerra, então secretário do grupo secreto de historiadores chamado The Inquiry, estabelecido sob o comando do coronel House no final de 1917 para planejar o acordo de paz no final da guerra.

Lippmann mais tarde deixou o The Inquiry para ir ao exterior para a inteligência militar americana.

Outro importante colaborador de Wiseman foi o empresário e estudioso George Louis Beer, encarregado dos assuntos coloniais africanos e asiáticos para o The Inquiry. Wiseman mostrou secretamente documentos britânicos sobre colônias africanas a Beer, que por sua vez vazou relatórios do The Inquiry para a inteligência britânica.

Os planos do Coronel House e seus jovens historiadores tendenciosos do The Inquiry foram postos em prática no acordo de paz em Versalhes. A Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia foram cruelmente desmembradas, garantindo assim que a Alemanha e a Rússia, uma vez recuperadas da devastação da guerra, canalizariam suas energias para recuperar seus territórios. Dessa forma, as

condições foram praticamente criadas para a Segunda Guerra Mundial.

Não só isso: os Aliados em Versalhes aproveitaram o vácuo de poder temporário na Europa Oriental para criar novos estados independentes que funcionariam como estados clientes da Grã-Bretanha e da França, fariam parte da rede financeira Morgan/Rothschild e ajudariam a manter a Alemanha e a Rússia permanentemente rebaixadas. Era uma tarefa impossível para essas novas pequenas nações, uma tarefa dificultada pelo fato de que os jovens historiadores conseguiram redesenhar o mapa da Europa em Versalhes para tornar os poloneses, os tchecos e os sérvios dominantes sobre todas as outras nacionalidades minoritárias incorporadas à força nos novos países. Esses povos subjugados — alemães, ucranianos, eslovacos, croatas, eslovenos etc. — tornaram-se aliados intrínsecos dos

sonhos revanchistas da Alemanha e da Rússia.

A entrada americana na Primeira Guerra Mundial em abril de 1917 impediu a negociação de paz entre as potências em guerra e levou os Aliados a uma paz de rendição e desmembramento incondicionais, uma paz que, como vimos, preparou o terreno para a Segunda Guerra Mundial. A entrada americana custou inúmeras vidas em ambos os lados, causou caos e perturbação em toda a Europa Central e Oriental no final da guerra e a consequente ascensão do bolchevismo, fascismo e nazismo ao poder na Europa. Dessa forma, a decisão de Woodrow Wilson de entrar na guerra pode ter sido a ação mais fatídica do século XX, causando miséria e destruição incalculáveis e intermináveis. Mas os lucros de Morgan foram ampliados e garantidos.

O fortuito Fed

Os empréstimos maciços dos EUA aos Aliados, e a subsequente entrada americana na guerra, não poderiam ter sido financiados pelo sistema padrão-ouro de moeda relativamente sólida que existia antes de 1914. Fortuitamente, uma instituição foi estabelecida no final de 1913 que tornou possíveis os empréstimos e o financiamento de guerra: o Federal Reserve System (Fed, Sistema da Reserva Federal). Ao centralizar as reservas, ao fornecer aos bancos um credor de último recurso privilegiado pelo governo, o Fed permitiu que o sistema bancário inflasse moeda e crédito, financiasse empréstimos aos Aliados e gerasse déficits maciços quando os EUA entraram na guerra. Além disso, a política aparentemente estranha do Fed de criar um mercado de aceite do

nada, estando pronto para comprar aceite a uma taxa subsidiada, permitiu que o Fed redescontasse o aceite nas exportações de munições.

O Federal Reserve foi o resultado de cinco anos de planejamento, emendas e acordos entre vários políticos e grupos financeiros interessados, liderados pelos principais interesses financeiros, incluindo os Morgans, os Rockefellers e os Kuhn, Loeb, juntamente com seus diversos economistas e técnicos.

Particularmente notáveis entre os interesses de Rockefeller foram o senador Nelson W. Aldrich (R.-R.I.), sogro de John D. Rockefeller, Jr., e Frank A. Vanderlip, vice-presidente do Rockefeller's National City Bank of New York. Do Kuhn, Loeb veio o proeminente Paul Moritz Warburg, do banco de investimento alemão M. M. Warburg and Company. Warburg emigrou para os Estados Unidos em 1902

para se tornar sócio sênior da Kuhn, Loeb & Co., e depois disso passou a maior parte do tempo defendendo um banco central nos Estados Unidos.

Quem também estava promovendo um Sistema de Reserva Federal era Jacob H. Schiff, poderoso chefe da Kuhn, Loeb, com quem Warburg era aparentado por casamento. Apoiando e patrocinando Warburg na academia estava o proeminente economista da Universidade de Columbia Edwin R. A. Seligman, da família de bancos de investimento J. & W. Seligman and Company; Seligman era irmão do cunhado de Warburg.

Os Morgans foram proeminentemente representados no planejamento e agitação para um Banco Central por Henry P. Davison, sócio de Morgan; Charles D. Norton, presidente do Morgan's First National Bank of New York; A. Barton Hepburn, chefe do Morgan's Chase National Bank; e

Victor Morawetz, advogado e banqueiro do Morgan e presidente do comitê executivo da Atchison, Topeka e Santa Fé Railroad, controlada por Morgan.

Embora o estabelecimento do Federal Reserve System no final de 1913 tenha sido o resultado de uma coalizão de interesses de Morgan, Rockefeller e Kuhn, Loeb, não há dúvida de qual grupo financeiro controlava o pessoal e as políticas do Fed, uma vez estabelecido. (Embora influente na formulação de políticas do Fed, Warburg, membro do Conselho do Federal Reserve, foi desqualificado da liderança por causa de suas opiniões pró-alemãs.) O primeiro Conselho do Federal Reserve, nomeado pelo presidente Wilson em 1914, incluía Warburg; um homem Rockefeller, Frederic A. Delano, tio de Franklin D. Roosevelt, e presidente da Wabash Railway controlada por Rockefeller; e um

banqueiro do Alabama, que tinha conexões com Morgan e Rockefeller.

Ofuscando esses três estavam três homens definitivos de Morgan e um economista universitário, o professor Adolph C. Miller, de Berkeley, cuja família da esposa tinha conexões com Morgan. Os três homens definitivos de Morgan eram o secretário do Tesouro McAdoo; O Controlador da Moeda John Skelton Williams, um banqueiro da Virgínia e assistente de longa data da McAdoo nas ferrovias de Morgan; e o secretário adjunto do Tesouro Charles S. Hamlin, um advogado de Boston que se casou com uma família rica de Albany há muito ligada à New York Central Railroad, dominada por Morgan.

Mas mais importante do que a composição do Conselho Federal Reserve foi o homem que se tornou o primeiro Governador do Federal Reserve Bank de Nova Iorque e que dominou

sozinho a política do Federal Reserve desde o seu início até à sua morte em 1928. Este homem foi Benjamin Strong, que passou praticamente toda a sua vida profissional e pessoal no círculo dos principais associados de J. P. Morgan. Secretário de várias empresas fiduciárias (bancos que fazem negócios fiduciários) na cidade de Nova York, Strong tornou-se vizinho e amigo íntimo de três dos principais sócios do Morgan, Henry P. Davison, Dwight Morrow e Thomas W. Lamont. Davison, em particular, tornou-se seu mentor e o trouxe para a empresa Bankers Trust de Morgan, onde logo sucedeu Lamont como vice-presidente e, finalmente, tornou-se presidente. Quando foi oferecido a Strong o cargo de governador do Fed de Nova York, foi Davison quem o convenceu a aceitar o cargo.

Strong era um entusiasta da entrada americana na guerra, e foi seu

mentor Davison quem arquitetou o golpe de Morgan nomeado como único garantidor e agente de compras para a Grã-Bretanha e a França. Strong trabalhou rapidamente para formalizar a colaboração com o Banco da Inglaterra, colaboração que continuaria em vigor ao longo da década de 1920. O Federal Reserve Bank de Nova York se tornou o agente estrangeiro do Banco da Inglaterra, e vice-versa.

A principal colaboração ao longo da década de 1920, grande parte dela mantida em segredo do Conselho do Federal Reserve em Washington, foi entre Strong e o homem que logo se tornou governador do Banco da Inglaterra, Montagu Collet Norman. Norman e Strong não eram apenas amigos íntimos, mas tinham importantes laços bancários de investimento, o tio de Norman tendo sido sócio da grande firma bancária inglesa Baring Brothers, e seu avô sócio da

casa bancária internacional de Brown Shipley & Co., a filial londrina da firma bancária de Wall Street Brown Brothers. Antes de vir para o Banco da Inglaterra, o próprio Norman havia trabalhado no escritório da Brown Brothers em Wall Street e depois voltou para Londres para se tornar sócio da Brown Shipley.

O principal fruto da colaboração Norman-Strong foi a pressão de Strong para inflar moeda e crédito nos EUA ao longo da década de 1920, a fim de evitar que a Inglaterra perdesse ouro para os EUA por causa de suas políticas inflacionárias. A situação difícil da Grã-Bretanha foi causada por sua insistência em voltar ao padrão-ouro após a guerra na cotação por libra altamente valorizada pré-guerra, e depois insistir em inflar em vez de deflacionar para fazer com que suas exportações tivessem preços competitivos no mercado mundial. Portanto, a

Grã-Bretanha precisava induzir outros países, principalmente os EUA, a inflar junto com ela. A conexão Strong-Norman-Morgan conseguiu isso, preparando o terreno para o grande colapso financeiro de 1929-1931.

Quando a Primeira Guerra Mundial chegou ao fim, britânicos e americanos influentes decidiram que a colaboração íntima do pós-guerra entre os dois países exigia mais do que apenas uma cooperação próxima entre os bancos centrais. Também eram necessárias organizações permanentes para promover políticas anglo-americanas conjuntas para dominar o mundo do pós-guerra.

A Mesa Redonda

Na Inglaterra, Cecil Rhodes criou uma sociedade secreta em 1891 com o objetivo de manter e expandir o Império Britânico para reincorporar os Estados Unidos. Após a virada do século XX, a direção, organização e expansão da sociedade coube ao amigo e executor de Rhodes, Alfred Lord Milner. O Grupo Milner dominou o planejamento doméstico na Grã-Bretanha durante a Primeira Guerra Mundial, e particularmente o planejamento da política externa e colonial do pós-guerra. O Grupo Milner contratou a delegação britânica de especialistas em Versalhes. Para promover a agitação intelectual por tal política, os Milners também criaram os Grupos de Mesa Redonda na Inglaterra e no exterior em 1910.

O primeiro americano a ser convidado a participar da Mesa Redonda foi George Louis Beer, que chamou a atenção deles quando seus livros atacaram a Revolução Americana e elogiaram o Império Britânico do século XVIII. Tal lealdade não poderia ficar sem recompensa, e assim Beer tornou-se membro do Grupo por volta de 1912 e tornou-se o correspondente americano da revista *Mesa Redonda*. Vimos o papel pró-britânico de Beer como especialista colonial para o *The Inquiry*. Ele também foi o principal especialista dos EUA em assuntos coloniais em Versalhes e, posteriormente, o Grupo Milner nomeou Beer chefe do Departamento de Mandato da Liga das Nações.

Durante a guerra, Beer, o historiador anglófilo de Yale George Burton Adams e o poderoso historiador da Universidade de Columbia James T. Shotwell, um importante líder do *The*

Inquiry e chefe do National Board for Historical Services, que emitiu propaganda enganosa para o esforço de guerra, formaram uma sociedade secreta para promover a colaboração anglo-americana. Finalmente, liderados por Beer nos Estados Unidos e o chefe do grupo Mesa Redonda na Inglaterra, Lionel Curtis, as equipes históricas britânicas e norte-americanas em Versalhes aproveitaram a ocasião para fundar uma organização permanente para agitar por uma reconstituição informal, se não formal, do Império Anglo-Americano.

O novo grupo, o Institute of International Affairs, foi formado em uma reunião no Majestic Hotel, em Paris, em 30 de maio de 1919. Um comitê organizador de seis homens foi formado, três milneritas da Grã-Bretanha e três americanos: Shotwell; o historiador de Harvard Archibald C. Coolidge, chefe da mesa do Leste

Europeu do The Inquiry e membro da família financeira de Boston orientada por Morgan; e James Brown Scott, advogado de Morgan que escreveria uma biografia de Robert Bacon. A filial britânica, o Royal Institute of International Affairs, criou um comitê para supervisionar a redação de uma história em vários volumes da Conferência de Paz de Versalhes; o comitê foi financiado por uma doação de Thomas W. Lamont, sócio de Morgan.

O CRE

A filial americana do novo grupo demorou um pouco para começar. Finalmente, o ainda inativo American Institute of International Affairs fundiu-se com um corpo extinto, iniciado em 1918, de empresários de Nova York preocupados com o mundo do pós-guerra, e organizado como um clube de jantares para ouvir visitantes estrangeiros. Essa organização, o Conselho de Relações Exteriores, tinha como presidente honorário o advogado Morgan Elihu Root, enquanto Alexander Hemphill, presidente da Morgan's Guaranty Trust Company, era presidente de seu comitê financeiro. Em agosto de 1921, as duas organizações fundiram-se no novo Conselho de Relações Exteriores, Inc., uma organização poderosa que

abarcava banqueiros, advogados e intelectuais.

Embora diversos interesses financeiros estivessem representados na nova organização, o CRE era dominado por Morgan, de cima a baixo. O presidente honorário foi Elihu Root. O presidente era John W. Davis, procurador-geral de Wilson, e agora conselheiro-chefe da J. P. Morgan & Co. Davis se tornaria candidato presidencial democrata em 1924. O secretário-tesoureiro do novo CRE era o historiador econômico de Harvard Edwin F. Gay, diretor de planejamento e estatísticas do Shipping Board durante a guerra, e agora editor do *Evening Post* de Nova York, de propriedade de seu mentor, o sócio de Morgan Thomas W. Lamont.

Foi Gay quem teve a ideia de fundar o *Foreign Affairs*, o jornal trimestral do CRE, e quem sugeriu tanto seu colega de Harvard Archibald

Coolidge como o primeiro editor, quanto o repórter do *New York Post* Hamilton Fish Armstrong como editor assistente e diretor executivo do CRE. Outros funcionários proeminentes no novo CRE foram: Frank L. Polk, ex-Subsecretário de Estado e agora advogado do J. P. Morgan & Co; Paul M. Warburg de Kuhn, Loeb; Otto H. Kahn de Kuhn, Loeb; o ex-subsecretário de Estado de Wilson, Norman H. Davis, um associado bancário dos Morgans; e como vice-presidente, Paul D. Cravath, sócio sênior do escritório de advocacia de Wall Street, orientado por Rockefeller, Cravath, Swaine and Moore.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Conselho de Relações Exteriores foi dominado pelos interesses Rockefeller e não pelos Morgan, uma mudança de poder refletindo uma alteração geral no poder financeiro no mundo em geral. Após a Segunda

Guerra Mundial, a ascensão do petróleo à proeminência trouxe os Morgans e os Rockefellers – outrora arquirrivais – para um Establishment do Leste do qual os Rockefellers eram os principais e os Morgans os sócios menores.

Rockefeller, Morgan e a Guerra

Durante a década de 1930, os Rockefellers pressionaram fortemente pela guerra contra o Japão, que eles viam como uma competição vigorosa por recursos de petróleo e borracha no Sudeste Asiático e como um perigo para o precioso sonho dos Rockefellers de um “mercado chinês” de massa para produtos petrolíferos. Por outro lado, os Rockefellers assumiram uma posição não intervencionista na Europa, onde mantinham estreitos laços financeiros com empresas alemãs como I. G. Farben and Co., e muito poucas relações estreitas com a Grã-Bretanha e a França. Os Morgans, em

contraste, como de costume profundamente comprometidos com seus laços financeiros com a Grã-Bretanha e a França, mais uma vez optaram logo pela guerra com a Alemanha, enquanto seu interesse no Extremo Oriente se tornou mínimo. De fato, o embaixador dos EUA no Japão, Joseph C. Grew, ex-sócio de Morgan, foi um dos poucos funcionários do governo Roosevelt genuinamente interessado na paz com o Japão.

A Segunda Guerra Mundial pode, portanto, ser considerada, de um ponto de vista, como uma guerra de coalizão: os Morgans tiveram *sua* guerra na Europa, os Rockefellers a *deles* na Ásia. Estes homens descontentes de Morgan como Lewis W. Douglas e Dean G. Acheson (um protegido de Henry Stimson), que haviam abandonado o governo Roosevelt em seu início por não concordarem com suas políticas de *soft money* e nacionalismo

econômico, voltaram alegremente ao governo com o advento da Segunda Guerra Mundial. Nelson A. Rockefeller, por sua vez, tornou-se chefe das atividades latino-americanas durante a Segunda Guerra Mundial e, assim, pegou gosto pelo setor público.

Após a Segunda Guerra Mundial, a unidade Rockefeller-Morgan-Kuhn, Loeb do Establishment do Leste, não pôde desfrutar de sua supremacia financeira e política sem ser incomodada por muito tempo. As empresas “Cowboy” do Cinturão do Sol (sul e Sudeste dos EUA), homens do petróleo e construtores independentes do Texas, Flórida e sul da Califórnia começaram a desafiar os “Yankees” do Establishment do Leste pelo poder político. Enquanto ambos os grupos são a favor da Guerra Fria, os Cowboys são mais nacionalistas, mais agressivos e menos inclinados a se preocupar com o que nossos aliados europeus

estão pensando. Eles também estão muito menos inclinados a resgatar o Chase Manhattan Bank, agora controlado por Rockefeller, e outros bancos de Wall Street que emprestaram de forma imprudente ao Terceiro Mundo e países comunistas e esperam que o contribuinte dos EUA – por meio de impostos diretos ou da impressão de dólares americanos – pegue a conta.

Deve ficar claro que o nome do partido político no poder é muito menos importante do que as conexões financeiras e bancárias do regime em particular. O duradouro poder de política externa do conselheiro pessoal de relações exteriores de Nelson Rockefeller, Henry A. Kissinger, uma descoberta do extraordinariamente poderoso estadista John J. McCloy do Rockefeller-Chase Manhattan Bank, é um testemunho da importância do poder financeiro. Assim como o lobby bem-sucedido de Kissinger e do chefe

do Chase Manhattan, David Rockefeller, para induzir Jimmy Carter a permitir que o enfermo xá do Irã entrasse nos EUA – precipitando assim a humilhante crise dos reféns.

Apesar das diferenças de nuance, é claro que a confrontação originalmente proclamada por Ronald Reagan ao poder de Rockefeller-Morgan no Conselho de Relações Exteriores e à Comissão Trilateral criada por Rockefeller fracassou, e que o “governo permanente” continua a governar independentemente do partido nominalmente no poder. Como resultado, o tão proclamado consenso de “política externa bipartidária” imposto pelo establishment desde a Segunda Guerra Mundial parece permanecer inatingível.

David Rockefeller, presidente do conselho do Chase Manhattan Bank de sua família de 1970 até recentemente, estabeleceu a Comissão

Trilateral em 1973, com o apoio financeiro do CFR e da Fundação Rockefeller. Joseph Kraft, colunista sindicalizado de Washington que tem a distinção de ser tanto um membro do CFR quanto um trilateralista, descreveu com precisão o CFR como uma “escola para estadistas”, que “chega perto de ser um órgão do que C. Wright Mills chamou a Elite Dominante – um grupo de homens, semelhantes em interesses e perspectivas, moldando eventos de posições invulneráveis nos bastidores.” A ideia da Comissão Trilateral era internacionalizar a formação de políticas, a comissão composta por um pequeno grupo de líderes corporativos multinacionais, políticos e especialistas em política externa dos EUA, Europa Ocidental e Japão, que se reúnem para coordenar a política econômica e externa entre suas respectivas nações.

Talvez a figura mais poderosa na política externa desde a Segunda Guerra Mundial, um conselheiro querido de todos os presidentes, seja o octogenário John J. McCloy. Durante a Segunda Guerra Mundial, McCloy administrou virtualmente o Departamento de Guerra como assistente do idoso secretário Stimson; foi McCloy quem presidiu a decisão de reunir todos os nipo-americanos e colocá-los em campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, e ele é praticamente o único americano que ainda justifica essa ação.

Antes e durante a guerra, McCloy, um discípulo do advogado de Morgan Stimson, circulou na órbita de Morgan; seu cunhado, John S. Zinsser, fazia parte do conselho de administração do J. P. Morgan & Co. durante a década de 1940. Mas, refletindo a mudança de poder do pós-guerra de Morgan para Rockefeller,

McCloy moveu-se rapidamente para o âmbito Rockefeller. Tornou-se sócio do escritório de advocacia corporativo de Wall Street Milbank, Tweed, Hope, Hadley & McCloy, que por muito tempo serviu à família Rockefeller e ao Chase Bank como consultor jurídico.

De lá, ele se tornou presidente do conselho do Chase Manhattan Bank, diretor da Fundação Rockefeller e do Rockefeller Center, Inc. e, finalmente, de 1953 a 1970, presidente do conselho do Conselho de Relações Exteriores. Durante o governo Truman, McCloy atuou como presidente do Banco Mundial e depois principal representante dos EUA na Alemanha. Ele também foi conselheiro especial do presidente John F. Kennedy sobre o desarmamento e presidente do Comitê de Coordenação de Kennedy sobre a crise cubana. Foi McCloy quem “descobriu” o professor Henry A. Kissinger e o alistou para as forças Rockefeller.

Não é de admirar que John K. Galbraith e Richard Rovere tenham apelidado McCloy de "Sr. Establishment."

Uma análise dos líderes da política externa desde a Segunda Guerra Mundial revelará a dominação da elite dos banqueiros. O primeiro secretário de Defesa de Truman foi James V. Forrestal, ex-presidente da firma de banco de investimento Dillon, Read & Co., intimamente ligada ao grupo financeiro Rockefeller. Forrestal também foi membro do conselho da Chase Securities Corporation, uma afiliada do Chase National Bank.

Outro secretário de Defesa de Truman foi Robert A. Lovett, sócio do poderoso banco de investimentos de Nova York Brown Brothers Harriman. Ao mesmo tempo em que era secretário de Defesa, Lovett continuou sendo um administrador da Fundação Rockefeller. O secretário da Força Aérea, Thomas K. Finletter, foi um dos

principais advogados corporativos de Wall Street e membro do conselho do CRE enquanto serviu no gabinete. Embaixador na Rússia soviética, embaixador na Grã-Bretanha e secretário de Comércio no governo Truman foi o poderoso multimilionário W. Averell Harriman, uma força muitas vezes subestimada, mas dominante no Partido Democrata desde os dias de FDR. Harriman era sócio da Brown Brothers Harriman.

Também embaixador na Grã-Bretanha sob Truman foi Lewis W. Douglas, cunhado de John J. McCloy, um administrador da Fundação Rockefeller e membro do conselho do Conselho de Relações Exteriores. Depois de Douglas como embaixador no Tribunal de St. James veio Walter S. Gifford, presidente do conselho da AT&T e membro do conselho de curadores da Fundação Rockefeller por quase duas décadas. O embaixador na

OTAN sob Truman foi William H. Draper, Jr., vice-presidente da Dillon, Read & Co.

Também influente em ajudar o governo Truman a organizar a Guerra Fria foi o diretor da equipe de planejamento de políticas do Departamento de Estado, Paul H. Nitze. Nitze, cuja esposa era membro da família Pratt, associada à família Rockefeller desde as origens da Standard Oil, foi vice-presidente da Dillon, Read & Co.

Quando Truman entrou na Guerra da Coréia, ele criou um Escritório de Mobilização de Defesa para administrar a economia doméstica durante a guerra. O primeiro diretor foi Charles E. ("Electric Charlie") Wilson, presidente da General Electric Company, controlada por Morgan, que também atuou como membro do conselho da Morgans' Guaranty Trust Company. Seus dois assistentes mais influentes foram Sidney J. Weinberg,

sócio sênior onipresente da firma de banco de investimento Goldman Sachs & Co. de Wall Street, e o ex-general Lucius D. Clay, presidente do conselho da Continental Can Co., e diretor de a Corporação Lehman.

Sucedendo McCloy como presidente do Banco Mundial, e continuando nesse cargo durante os dois mandatos de Dwight Eisenhower, estava Eugene Black. Black serviu por quatorze anos como vice-presidente do Chase National Bank e foi persuadido a assumir o cargo no Banco Mundial pelo presidente do conselho do banco, Winthrop W. Aldrich, cunhado de John D. Rockefeller Jr. O governo Eisenhower provou ser uma hora de recreio para os interesses Rockefeller. Enquanto presidente da Universidade de Columbia, Eisenhower foi convidado para jantares de alto escalão, onde foi preparado para presidente pelos principais líderes dos âmbitos

Rockefeller e Morgan, incluindo o presidente do conselho da Rockefeller's Standard Oil de New Jersey, os presidentes de seis outras grandes empresas petrolíferas, incluindo Standard da California e Socony-Vacuum, e o vice-presidente executivo da J. P. Morgan & Co.

Um jantar foi oferecido por Clarence Dillon, o multimilionário e aposentado fundador da Dillon, Read & Co., onde os convidados incluíram Russell B. Leffingwell, presidente do conselho do J. P. Morgan & Co. e do CRE (antes de McCloy); John M. Schiff, sócio sênior do banco de investimento Kuhn, Loeb & Co.; o financista Jeremiah Milbank, diretor do Chase Manhattan Bank; e John D. Rockefeller Jr. Ainda antes, em 1949, Eisenhower havia sido apresentado por meio de um grupo de estudo especial aos principais membros do CRE. O grupo de estudos concebeu um

plano para criar uma nova organização chamada Assembleia Americana – em essência, um grupo de estudo do CRE expandido – cuja principal função era supostamente construir as perspectivas de Eisenhower para a presidência. Um líder do comitê “Cidadãos em apoio a Eisenhower”, que mais tarde se tornou embaixador de Ike na Grã-Bretanha, era o multimilionário John Hay Whitney, descendente de várias famílias ricas, cujo tio-avô, Oliver H. Payne, havia sido um dos associados de John D. Rockefeller na fundação da Standard Oil Company. Whitney foi chefe de sua própria empresa de investimentos, J. H. Whitney & Co., e mais tarde tornou-se editor do *New York Herald Tribune*.

Comandando a política externa durante o governo Eisenhower estava a família Dulles, liderada pelo secretário de Estado John Foster Dulles, que também havia concluído o tratado de

paz dos EUA com o Japão sob Harry Truman. Durante três décadas, Dulles foi sócio sênior do principal escritório de advocacia corporativa de Wall Street, Sullivan & Cromwell, cujo cliente mais importante era a Standard Oil Company of New Jersey, de Rockefeller. Dulles era há quinze anos membro do conselho da Fundação Rockefeller e, antes de assumir o cargo de secretário de Estado, era presidente do conselho dessa instituição. O mais importante é o fato pouco conhecido de que a esposa de Dulles era Janet Pomeroy Avery, uma prima em primeiro grau de John D. Rockefeller Jr. Dirigindo a super-secreta Agência Central de Inteligência durante os anos de Eisenhower estava o irmão de Dulles, Allen Welsh Dulles, também sócio da Sullivan & Cromwell. Allen Dulles há muito era um administrador do CRE e serviu como seu presidente de 1947 a 1951. Sua irmã, Eleanor

Lansing Dulles, foi chefe do escritório de Berlim do Departamento de Estado durante aquela década.

O subsecretário de Estado, e o homem que sucedeu John Foster Dulles na primavera de 1959, foi o ex-governador de Massachusetts Christian A. Herter. A esposa de Herter, como a de Nitze, era membro da família Pratt. De fato, o tio de sua esposa, Herbert L. Pratt, foi por muitos anos presidente ou chairman do conselho da Standard Oil Company of Nova York. Um dos primos da Sra. Herter, Richardson Pratt, serviu como tesoureiro adjunto da Standard Oil of New Jersey até 1945. Além disso, um dos tios de Herter, um médico, foi por muitos anos tesoureiro do Rockefeller Institute for Medical Research.

Herter foi sucedido como subsecretário de Estado pelo embaixador de Eisenhower na França, C. Douglas Dillon, filho de Clarence, e ele próprio

presidente do conselho da Dillon, Read & Co. Dillon logo se tornaria um administrador da Fundação Rockefeller.

Talvez para fornecer algum equilíbrio para sua coalizão banqueiro-empresarial, Eisenhower nomeou como secretário de Defesa três homens do âmbito Morgan, e não do âmbito Rockefeller. Charles B. (“Engine Charlie”) Wilson foi presidente da General Motors, membro do conselho da J. P. Morgan & Co. O sucessor de Wilson, Neil H. McElroy, foi presidente da Proctor & Gamble Co. Seu presidente do conselho, R. R. Deupree, foi também um diretor de J. P. Morgan & Co. O terceiro secretário de Defesa que tinha sido subsecretário e secretário da Marinha sob Eisenhower, foi Thomas S. Gates, Jr., que havia sido sócio da firma de banco de investimento Drexel & Co, da Filadélfia, ligada a Morgan. Quando Gates deixou o cargo

de secretário de Defesa, tornou-se presidente do recém-formado banco comercial para os interesses de Morgan, o Morgan Guaranty Trust Co.

Servindo como Secretário da Marinha e depois Vice-Secretário de Defesa (e mais tarde Secretário do Tesouro) sob Eisenhower estava o empresário do Texas Robert B. Anderson. Depois de deixar o Departamento de Defesa, Anderson tornou-se membro do conselho da American Overseas Investing Co., controlada por Rockefeller, e, antes de se tornar secretário do Tesouro, emprestou US\$84.000 de Nelson A. Rockefeller para comprar ações da International Basic Economy Corporation de Nelson.

O chefe da importante Comissão de Energia Atômica durante os anos de Eisenhower foi Lewis L. Strauss. Por duas décadas, Strauss foi sócio do banco de investimento Kuhn, Loeb & Co. Em 1950, Strauss

tornou-se consultor financeiro da família Rockefeller, logo se tornando também membro do conselho do Rockefeller Center, Inc.

Uma força poderosa na decisão da política externa era o Conselho de Segurança Nacional, que incluía os irmãos Dulles, Strauss e Wilson. Particularmente importante é o cargo de conselheiro de segurança nacional do presidente. O primeiro conselheiro de segurança nacional de Eisenhower foi Robert Cutler, presidente da Old Colony Trust Co., a maior operação fiduciária fora da cidade de Nova York. The Old Colony era uma afiliada fiduciária do First National Bank of Boston.

Depois de dois anos no principal posto de segurança nacional, Cutler retornou a Boston para se tornar presidente do conselho do Old Colony Trust, retornando depois de um tempo para o cargo de segurança nacional

por mais dois anos. Neste interim, Eisenhower teve dois conselheiros de segurança nacional sucessivos. O primeiro foi Dillon Anderson, advogado corporativo de Houston, que trabalhou para várias companhias petrolíferas. Particularmente significativa foi a posição de Anderson como presidente do conselho de uma pequena mas fascinante firma de Connecticut chamada Electro-Mechanical Research, Inc. A Electro-Mechanical estava intimamente associada a certos financistas da Rockefeller; assim, um de seus diretores foi Godfrey Rockefeller, sócio limitado da firma de banco de investimento Clark, Dodge & Co.

Depois de mais de um ano, Anderson renunciou ao cargo de segurança nacional e foi substituído por William H. Jackson, sócio da firma de investimentos J. H. Whitney & Co. Antes de assumir sua poderosa posição, Dillon Anderson foi um dos vários

homens que serviram como consultores especiais em segredo do Conselho de Segurança Nacional. Outro conselheiro especial foi Eugene Holman, presidente da Rockefeller's Standard Oil Company of Nova Jersey.

Podemos citar duas importantes ações de política externa do governo Eisenhower que parecem refletir a marcante influência de pessoal diretamente ligado a banqueiros e interesses financeiros. Em 1951, o regime de Mohammed Mossadegh no Irã decidiu nacionalizar as participações petrolíferas britânicas da companhia petrolífera anglo-iraniana. Não demorou muito para que o recém-empossado governo Eisenhower interviesse fortemente nessa situação. O diretor da CIA e ex-advogado da Standard Oil Allen W. Dulles voou para a Suíça para organizar a derrubada secreta do regime de Mossadegh, a prisão de

Mossadegh e a restauração do xá ao trono do Irã.

Após longas negociações nos bastidores, a indústria petrolífera voltou a atuar como compradora e refinadora de petróleo iraniano. Mas desta vez o cenário ficou significativamente diferente. Em vez de os britânicos ficarem com todo o bolo de petróleo, sua participação foi reduzida para 40% do novo consórcio de petróleo, com cinco das principais empresas petrolíferas dos EUA (Standard Oil of New Jersey, Socony-Vacuum – anteriormente Standard Oil of N.Y., e agora Mobil — Standard Oil of California, Gulf e Texaco) recebendo outros 40%.

Mais tarde, foi divulgado que o secretário de Estado Dulles colocou um limite superior expressivo em qualquer participação no consórcio por empresas petrolíferas independentes menores nos Estados Unidos. Além das recompensas aos interesses

de Rockefeller, o homem da CIA que dirigia a operação, Kermit Roosevelt, recebeu o que merecia ao se tornar rapidamente vice-presidente da Gulf Oil Corp de Mellon.

O golpe guatemalteco

Recém-chegado de seu triunfo da CIA no Irã, o governo Eisenhower voltou sua atenção para a Guatemala, onde o regime de esquerda de Jacob Arbenz Guzman nacionalizou 234.000 acres de terras não cultivadas pertencentes ao maior proprietário de terras do país, a United Fruit Company, de propriedade americana, que importava cerca de 60% de todas as bananas que chegavam aos Estados Unidos.

Arbenz também anunciou sua intenção de confiscar outros 173.000 acres de terras ociosas da United Fruit ao longo da costa do Caribe. No final de 1953, Eisenhower deu à CIA a tarefa de organizar uma

contrarrevolução na Guatemala. Com a operação real dirigida pelo ex-advogado corporativo de Wall Street Frank Wisner da CIA, a agência lançou uma invasão bem-sucedida da Guatemala, liderada pelo exilado coronel Castillo Armas, que logo derrubou o regime de Arbenz e o substituiu por uma junta militar. O programa de terras Arbenz foi abolido e a maior parte de sua propriedade expropriada foi devolvida à United Fruit Company.

Allen W. Dulles tinha conexões financeiras com a United Fruit e com várias empresas açucareiras que também sofreram expropriação de terras pelo regime de Arbenz. Por vários anos, enquanto sócio da Sullivan & Cromwell, ele foi membro do conselho da J. Henry Schroder Banking Corporation, controlada por Rockefeller. Os membros do conselho da Schroder durante 1953 incluíam Delano Andrews, sócio da Sullivan & Cromwell

que havia ocupado a cadeira de Dulles no conselho; George A. Braga, presidente da Manati Sugar Company; Charles W. Gibson, vice-presidente da Air Reduction Company afiliada a Rockefeller; e Avery Rockefeller, presidente da casa bancária Schroder, Rockefeller, & Co. Os membros do conselho da Manati Sugar, entretanto, incluíam Alfred Jaretski Jr., outro sócio da Sullivan & Cromwell; Gerald F. Beal, presidente da J. Henry Schroder e presidente do conselho da International Railways of Central America; e Henry E. Worcester, um executivo recentemente aposentado da United Fruit.

Além disso, a United Fruit era acionista controladora da International Railways, enquanto, como no caso de Beal, a presidência do conselho da ferrovia havia sido ocupada por um funcionário de alto escalão da Schroder. Os laços estreitos entre United

Fruit, Schroder e International Railways também podem ser vistos pelo fato de que, em 1959, o conselheiro geral da United Fruit, James McGovern tornou-se chairman do conselho da ferrovia. A International Railway, de fato, transportou a maior parte da produção da United Fruit do interior para o porto da Guatemala. Além disso, o associado próximo de Dulles e também curador do Conselho de Relações Exteriores neste período, e ex-tesoureiro do CRE, foi Whitney H. Shepardson, ex-vice-presidente da International Railways.

Não só isso: Robert Cutler, conselheiro de segurança nacional do presidente na época do golpe contra Arbenz, tinha laços muito estreitos com a United Fruit. O chefe de Cutler na Old Colony Trust, presidente do conselho, T. Jefferson Coolidge, também foi, e mais importante, presidente do conselho da United Fruit. De fato,

muitos membros do conselho da United Fruit, uma empresa com sede em Boston, também faziam parte do conselho da Old Colony ou de sua empresa-mãe, o First National Bank of Boston.

Além disso, durante o período de planejamento do golpe na Guatemala, e até alguns meses antes de seu sucesso em 1954, o secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos era John Moors Cabot, um conhecido extremista bélico anti-Arbenz. O irmão de Cabot, Thomas D., era executivo da United Fruit e membro do conselho do First National Bank of Boston.

O Conselho de Relações Exteriores desempenhou um papel importante na invasão da Guatemala. Tudo começou no outono de 1952, quando Spruille Braden, ex-Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos e então consultor da United

Fruit, liderou um grupo de estudos do CRE sobre Agitação Política na América Latina. O líder da discussão na primeira reunião do grupo CRE-Braden foi John McClintock, executivo da United Fruit. O ex-líder do New Deal e Secretário de Estado Adjunto Adolf A. Berle Jr., participante do grupo de estudo, registrou em seu diário que os EUA deveriam dar as boas-vindas à derrubada do governo Arbenz e observou que: “Estou providenciando para ver Nelson Rockefeller (ele próprio Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos durante a Segunda Guerra Mundial) que conhece a situação e pode trabalhar um pouco com o General Eisenhower.”

Na operação real da Guatemala, o próprio presidente Eisenhower era membro do CRE, assim como Allen Dulles, John M. Cabot e Frank Wisner, o homem encarregado do

golpe e vice-diretor de planos da CIA. Das doze pessoas no governo dos EUA identificadas como envolvidas no mais alto nível no caso guatemalteco, oito eram membros do CRE ou seriam dentro de alguns anos. Estes incluíam, além do acima, Henry F. Holland, que sucedeu Cabot no cargo de secretário adjunto de Estado em 1954; Subsecretário de Estado Walter Bedell Smith, um mero diretor da CIA; e Embaixador da ONU Henry Cabot Lodge.

Um relatório público abriu o caminho para o golpe, emitido em dezembro de 1953 pelo Comitê de Política Internacional da Associação Nacional de Planejamento sobre a situação da Guatemala. O chefe do Comitê era Frank Altschul, secretário e vice-presidente do CRE e sócio da casa bancária internacional Lazard Frères, além de diretor do Chase National Bank e presidente da General American Investor Corp., uma empresa em grande

parte controlada pelo Lehman Brothers. O relatório Altschul, assinado por vinte e dois membros do comitê, dos quais quinze eram membros do CRE, alertava que “a infiltração comunista na Guatemala” era uma ameaça à segurança do Hemisfério Ocidental e sugeria que provavelmente seriam necessárias medidas drásticas para lidar com essa ameaça.

Dos envolvidos na ação drástica, o secretário de Estado John Foster Dulles, enquanto na Sullivan & Cromwell, já havia representado a United Fruit na negociação de um contrato com a Guatemala. O subsecretário de Estado Walter Bedell Smith, após deixar o governo, tornou-se diretor da United Fruit, assim como Robert D. Hill, que participou da operação na Guatemala como embaixador na Costa Rica. Além disso, o futuro presidente da Guatemala Miguel Ydigoras Fuentes observou que sua

própria cooperação no golpe contra Arbenz foi obtida por Walter Turnbull, ex-executivo da United Fruit, que o procurou junto com dois agentes da CIA.

JFK e o establishment

Quando John F. Kennedy assumiu o cargo de presidente, a primeira pessoa a quem ele recorreu para obter conselhos sobre política externa foi Robert A. Lovett, sócio da Brown Brothers, Harriman, embora Lovett tivesse apoiado Richard Nixon. Kennedy pediu a Lovett que escolhesse qualquer um dos três principais cargos do Gabinete — Estado, Defesa e Tesouro —, mas o doente e idoso Lovett hesitou. Foi por insistência de Lovett, no entanto, que Kennedy escolheu como secretário de Estado Dean Rusk, presidente da Fundação Rockefeller, cargo que havia adquirido devido ao forte apoio de John Foster Dulles. O subsecretário de Estado era

Chester Bowles, um administrador da Fundação Rockefeller; Bowles foi logo substituído pelo advogado corporativo George Bail, que mais tarde se tornaria sócio-gerente sênior do Lehman Brothers.

Para secretário de Defesa, Kennedy escolheu Robert S. McNamara, presidente da Ford Motor Company. Uma força influente na nomeação de McNamara foi o apoio de Sidney J. Weinberg, sócio do banco de investimentos Goldman, Sachs & Co. e poderoso arrecadador de fundos para o Partido Democrata. Weinberg era membro do conselho da Ford Motor Company. Talvez ainda mais importante tenha sido a ligação íntima de Ford com a casa bancária de investimento Lehman Brothers, que por muito tempo teve grande peso no partido; naquela época, cinco executivos de alto escalão da Ford faziam parte do conselho do One William Street

Fund, um fundo mútuo recém-criado pelo Lehman Brothers.

O secretário da Força Aérea era Eugene Zuckert, presidente do conselho da pequena empresa de Pittsburgh, Nuclear Science and Engineering Corp., controlada pelo poderoso Lehman Brothers. Antes de ir para essa empresa, Zuckert havia sido membro da Comissão de Energia Atômica; o ex-comissário da ABC Gordon Dean, que precedeu Zuckert como presidente do conselho de Ciência e Engenharia Nuclear, também foi sócio do Lehman Brothers.

O conselheiro geral do Departamento de Defesa, e que logo se tornaria secretário do Exército, era o advogado corporativo de Wall Street Cyrus Vance, que mais tarde se tornaria secretário de Estado sob Carter. O escritório de advocacia de Vance — Simpson, Thacher & Bartlert — representava o Lehman Brothers e a

Manufacturers Hanover Trust Co. Além disso, Vance havia se casado com a rica família W. & J. Sloane de Nova York; seu sogro, John Sloane, serviu como diretor da United States Trust Co.

O secretário do Tesouro no Gabinete Kennedy foi C. Douglas Dillon, da Dillon, Read e da Fundação Rockefeller. Dillon não viu nenhum problema em servir por oito anos como embaixador na França e como funcionário do Departamento de Estado durante a Era Eisenhower, e depois seguir para o gabinete democrata de Kennedy. Como Lovett, ele também foi escolhido, embora tenha sido um grande contribuinte para a campanha de Nixon em 1960.

No poderoso posto de Conselheiro de Segurança Nacional, Kennedy selecionou o decano McGeorge Bundy de Harvard, que havia feito parte de uma poderosa equipe de

política externa que assessorou Thomas B. Dewey na campanha de 1948, uma equipe praticamente dominada por todos os Rockefeller, liderada por John Foster Dulles e incluindo o irmão de Dulles, Allen, C. Douglas Dillon e Christian Herter. Depois disso, Bundy trabalhou para o Conselho de Relações Exteriores.

Bundy tinha nascido na rica família Lowell Boston Brahmin, sua mãe tinha sido uma Lowell. Seu pai, Harvey H. Bundy, era sócio do principal escritório de advocacia de Boston, Choate, Hall & Stewart, funcionário de alto escalão do Conselho Protetor de Detentores de Títulos Estrangeiros e diretor do Merchants National Bank of Boston. O irmão de McGeorge, William, um funcionário de alto escalão da CIA, era casado com a filha do ex-secretário de Estado Dean Acheson, e sua irmã Katherine se casou com a socialmente proeminente família Auch-

inchloss, a família de Jacqueline Kennedy.

A forte influência de Rockefeller na política externa de Kennedy é melhor vista no fato de que o novo presidente manteve Allen W. Dulles como chefe da CIA. Foi por insistência de Dulles que Kennedy decidiu seguir em frente com a previamente planejada e desastrosa invasão de Cuba pela CIA na Baía dos Porcos. O regime de Fidel Castro havia recentemente nacionalizado um grande número de empresas de açúcar de propriedade americana em Cuba. Pode-se notar que o antigo escritório de advocacia de Dulles, Sullivan & Cromwell, atuou como conselheiro geral de duas dessas grandes empresas de açúcar, a Francisco Sugar Co. e a Manati Sugar Co., e que um dos membros do conselho dessas empresas era Gerald F. Beal, presidente do J. Henry Schroder Bank,

orientado por Rockefeller, do qual Dulles já havia sido diretor.

Não apenas isso. John L. Loeb, do banco de investimento Loeb, Rhoades, cuja esposa era membro da família bancária Lehman, possuía um grande bloco de ações da nacionalizada *Compania Azucarera Atlantica del Golfo*, uma grande plantação de cana de açúcar em Cuba, enquanto um dos diretores desta última empresa era Harold F. Linder, vice-presidente da *General American Investors Company*, dominada pelos banqueiros de investimento *Lehman Brothers* e *Lazard Frères*. Linder foi nomeado chefe do *Export-Import Bank* pelo presidente Kennedy.

Após o fiasco da Baía dos Porcos, Dulles foi substituído como chefe da CIA pelo industrial da Costa Oeste John A. McCone, que também tinha a capacidade de fazer parte dos governos de qualquer lado com igual

facilidade. Subsecretário da Força Aérea sob Truman e chefe da Comissão de Energia Atômica sob Eisenhower, McCone foi presidente da Bechtel-McCone Corporation e representa a primeira grande incursão dos interesses internacionais de construção da Bechtel na política americana. McCone também foi membro do conselho do California Bank of Los Angeles e da Standard Oil Company of California, dominada por Rockefeller.

A CIA também esteve fortemente envolvida nessa época no movimento de secessão de Katanga, de curta duração, no antigo Congo Belga. Uma das maiores empresas americanas em Katanga, e grande apoiadora do movimento de secessão, foi a Anglo-American Corporation of South Africa, um dos sócios do magnata da mineração Charles W. Engelhard. O banqueiro de investimentos de Engelhard era Dillon, Read, a empresa

familiar do secretário do Tesouro de Kennedy, C. Douglas Dillon.

Vimos que o Sr. Establishment, John J. McCloy, orientado por Rockefeller, serviu como conselheiro especial de Kennedy para o desarmamento. Quando a Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos EUA foi criada no outono de 1961, seu primeiro chefe foi William C. Foster, ex-subsecretário de Estado e Defesa de Truman. Nesse meio tempo, Foster serviu como um funcionário de alto escalão da Olin Mathieson Chemical Corp., e então presidente do conselho da United Nuclear Corp, dominada por Rockefeller. Foster também foi diretor do CRE.

Kennedy manteve Eugene Black, de Rockefeller, como chefe do poderoso Banco Mundial. Quando Black atingiu a idade de aposentadoria em 1962, ele foi substituído por George D. Woods, presidente do

conselho do banco de investimentos First Boston Corporation. Woods tinha muitas conexões com os interesses da Rockefeller, inclusive sendo diretor da Chase International Investment Corp., da Rockefeller Foundation e de outras empresas dominadas pela Rockefeller.

Duas importantes ações de política externa do governo Kennedy foram a crise dos mísseis cubanos e a escalada da guerra no Vietnã. Kennedy foi aconselhado durante a crise dos mísseis cubanos por um grupo *ad hoc* chamado Ex Comm, que incluía, junto com seus principais conselheiros oficiais de política externa, Robert A. Lovett e John J. McCloy. Na Guerra do Vietnã, Kennedy colocou como embaixador no Vietnã do Sul Henry Cabot Lodge, um Brahmin de Boston e orientado por Morgan, que havia sido o embaixador de Eisenhower nas Nações Unidas e que concorrera a vice-

*WALL STREET, BANCOS, E A POLÍTICA EXTERNA
AMERICANA*

presidente na chapa de Nixon em 1960. Praticamente o último ato de política externa de John F. Kennedy foi dar luz verde a Lodge e à CIA para expulsar e assassinar o presidente sul-vietnamita Ngô Đình Diệm.

Lyndon B. Johnson e a Elite Dominante

A política externa de Lyndon Johnson foi dominada por sua escalada do conflito do Vietnã em uma guerra total (se não declarada) e pelas crescentes divisões sobre a guerra entre a elite financeira dominante. Johnson manteve Rusk, McNamara, McCone e Lodge em seus cargos. À medida que novas figuras pacifistas com relação ao Vietnã foram expulsas das posições de política externa, elas foram substituídas por extremistas belicistas. Assim, William Bundy tornou-se Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Extremo Oriente, ao mesmo tempo tornando-se diretor do

CRE. Por outro lado, o cada vez mais crítico W. Averell Harriman foi destituído de seu cargo de Subsecretário de Estado.

Cyrus Vance continuou como Secretário do Exército de Johnson; quando foi promovido a vice-secretário de Defesa, foi substituído pelo velho amigo e colega de quarto de Vance em Yale, Stanley R. Resor. Resor era sócio do grande escritório de advocacia de Wall Street, Debevoise, Plimpton, Lyons, & Gates, e era cunhado do economista e banqueiro Gabriel Hauge, presidente do Manufacturers Hanover Trust e tesoureiro do CRE.

Resor havia se casado com um membro da família Pillsbury de Minneapolis, magnatas da farinha que há muito estava ligada à holding, a Northwest Bancorporation. Depois que Vance se aposentou como vice-secretário de Defesa para retornar à advocacia, ele foi substituído pelo

secretário linha-dura da Marinha de Johnson, Paul Nitze, ex-parceiro de Dillon, Read, cuja esposa era membro da família Pratt ligada a Rockefeller.

Uma reunião importante na qual foi decidido escalar a Guerra do Vietnã foi realizada em julho de 1965. Participaram da reunião Johnson, sua equipe de política externa e oficiais militares designados, e três principais conselheiros não oficiais: Clark M. Clifford, chairman do Conselho de Relações Exteriores do presidente e advogado da General Electric Co., dominada por Morgan e pelos du Ponts e; Arthur H. Dean, sócio da Sullivan & Cromwell, dirigida por Rockefeller, e diretor do CRE; e o onipresente John J. McCloy.

Logo após a reunião, um distinto comitê nacional de figuras da elite dominante foi formado para apoiar as políticas agressivas do presidente Johnson no Vietnã. O

presidente do comitê foi Arthur H. Dean; outros membros eram Dean Acheson; Eugene Black, que, após se aposentar como chefe do Banco Mundial, voltou a ser diretor do Chase Manhattan; Gabriel Hauge da Manufacturers' Trust e do CRE; David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank e vice-presidente do CRE; e dois membros do conselho da AT&T, William B. Murphy e James R. Killian Jr. De fato, dos 46 membros desse comitê pró-Guerra do Vietnã, 19 eram empresários, banqueiros ou advogados corporativos proeminentes. Mais tarde, quando Johnson precisou aumentar os impostos para fornecer mais fundos para o esforço de guerra, ele selecionou treze empresários para liderar o trabalho de lobby.

Um aspecto fascinante do governo Johnson foi a forte influência de homens ligados ao poderoso banco de investimento democrata Lehman

Brothers. O primeiro subsecretário de Estado de Johnson, George Ball, que saiu por causa da crescente desilusão com a Guerra do Vietnã, mais tarde se tornaria um parceiro-chave do Lehman Brothers. O consultor não oficial mais influente de Johnson foi o consultor jurídico e financeiro pessoal de longa data Edwin L. Weisl, um advogado de Nova York que era sócio sênior de Cyrus Vance na Simpson, Thatcher & Bartlert. Este escritório de advocacia não era apenas o conselheiro geral do Lehman Brothers, mas o próprio Weisl foi apelidado pela revista *Fortune* como “o décimo oitavo sócio do Lehman”. Weisl tinha grande influência no Lehman e ocasionalmente participava de reuniões de sócios. Ele também tinha a fama de ser o amigo mais próximo do sócio sênior Robert Lehman, e fazia parte do conselho do One William Street Fund, controlado pelo Lehman.

Outro conselheiro muito próximo e influente de Johnson, e um linha-dura consistente no Vietnã, foi seu velho amigo Abe Fortas, advogado de Washington e defensor veterano do New Deal. Durante os anos Johnson, Fortas atuou como diretor, vice-presidente e conselheiro geral da GreatAmerica Corp., com sede no Texas, uma holding gigante que controla várias companhias de seguros, Braniff Airways e dois bancos, incluindo o First Western Bank e Trust Co. of California.

No mesmo período, Fortas também foi diretor e vice-presidente da grande Federated Department Stores. Tanto a Federated quanto a GreatAmerica tinham laços estreitos com o Lehman Brothers. Fred Lazarus Jr., um funcionário de alto escalão da Federated, fez parte do conselho do One William Street Fund, controlado pelo Lehman, junto com Edwin Weisl. E os

dois únicos não texanos no conselho da GreatAmerica Corp. Goldman, Sachs era o consultor bancário sênior dos interesses petrolíferos do Murchison Texas, um grupo com o qual Lyndon Johnson era pessoalmente aliado.

Finalmente, depois que Henry Cabot Lodge se aposentou como embaixador belicista no Vietnã do Sul em 1967, ele foi substituído por Ellsworth Bunker. Bunker, que havia sido presidente da National Sugar Refining Company, serviu como embaixador em vários países no governo Eisenhower e depois embaixador na Organização dos Estados Americanos sob Johnson. Bunker estava ligado a John L. Loeb, o parente de Lehman que chefiava a firma de banco de investimento de Carl M. Loeb, Rhoades & Co. Loeb colocou Bunker no conselho de Curtis Publishing Co. depois que ele obteve o controle dessa empresa para Loeb, Rhoades. Loeb também colocou o filho

de Bunker, John, como presidente da Curtis. Além disso, o irmão mais novo de Ellsworth Bunker, Arthur, atuou como diretor da Lehman Corporation e do One William Street Fund de Lehman até sua morte em 1964.

Enquanto Bunker serviu Johnson como embaixador na OEA, ele continuou a fazer parte do conselho da National Sugar Refining Company. No final de 1965, Bunker desempenhou um papel crucial na maciça invasão americana da República Dominicana por Johnson, uma intervenção em uma guerra civil dominicana para impedir uma vitória das forças de esquerda que presumivelmente representariam uma ameaça terrível para as empresas americanas de açúcar na república. Como representante do presidente Johnson na República Dominicana logo após a invasão, Bunker desempenhou um papel decisivo na

instalação do conservador Hector Garcia-Godoy como presidente.

Cada vez mais, no entanto, a elite dominante ficou dividida em relação ao atoleiro da Guerra do Vietnã. Sob os golpes da ofensiva do Tet em janeiro de 1968, Robert McNamara adotou um tom cada vez mais conciliatório e foi substituído como secretário de Defesa pelo linha-dura Clark Clifford, com McNamara transferindo-se graciosamente para assumir o comando do Banco Mundial. Mas, ao investigar a situação, Clifford também se tornou crítico da guerra, e Johnson convocou uma reunião crucial de dois dias em 22 de março de 1968, de seu altamente influente Grupo Consultivo Informal Sênior sobre o Vietnã, conhecido como “Sábios,” composto por todos os seus principais assessores de relações exteriores.

Johnson ficou surpreso ao descobrir que apenas Abe Fortas e o

general Maxwell Taylor continuavam na posição de linha-dura. Arthur Dean, Cabot Lodge, John J. McCloy e o ex-general Omar Bradley assumiram uma confusa posição intermediária, enquanto todas as outras figuras da elite, como Dean Acheson, George Ball, Mc-George Bundy, C. Douglas Dillon, e Cyrus Vance se opuseram firmemente à guerra.

Como David Halberstam colocou em seu *The Best and the Brightest*, esses líderes da elite dominante “deixaram ele (Johnson) saber que o establishment – sim, Wall Street – havia se voltado contra a guerra.... Ela estava prejudicando a economia, dividindo o país, colocando a juventude contra as melhores tradições do país.” LBJ sabia reconhecer quando havia sido derrotado. Apenas alguns dias depois, Johnson anunciou que não iria concorrer à reeleição e ordenou o que

seria o início da retirada dos EUA do Vietnã.

Os objetivos de política externa do governo Nixon tinham uma clara marca Rockefeller. O secretário de Estado William P. Rogers era um advogado de Wall Street que atuava há muito tempo na ala esquerdista Dewey-Rockefeller do Partido Republicano de Nova York. De fato, Thomas E. Dewey foi o principal patrocinador de Rogers para o cargo no Departamento de Estado.

Toda a carreira política de Dewey estava vinculada aos interesses dos Rockefeller, como ficou dramaticamente demonstrado em um ano eleitoral quando, em um incidente que recebeu publicidade pouco comum, Winthrop W. Aldrich, parente de Rockefeller que era presidente do Chase National Bank, literalmente ordenou que o governador Dewey fosse a seu escritório em Wall Street e exigiu

que ele concorresse à reeleição. O governador, que já havia anunciado sua aposentadoria para se dedicar a seu consultório particular, obedeceu humildemente. Além disso, o sócio jurídico de Roger, John A. Wells, há muito era um dos principais assessores políticos de Nelson Rockefeller e atuou como gerente de campanha de Nelson para presidente em 1964.

Os cargos de segundo escalão no Departamento de Estado de Nixon foram para figuras da elite financeira. Assim, os seguintes homens foram sucessivamente subsecretários de Estado (depois de 1972, vice-secretários) na Casa Branca de Nixon:

- Elliot L. Richardson, sócio de um escritório de advocacia corporativo Boston Brahmin e diretor da New England Trust Co., e um homem cujo tio, Henry L. Shattuck, há muito era diretor do New England Merchants

National Bank e do a Mutual Life Insurance Co. de Nova York.

- John N. Irwin II, sócio de um escritório de advocacia de Wall St. (Patterson, Belknap & Webb) há muito associado aos interesses Rockefeller, e cuja esposa era irmã da família dos irmãos Watson da IBM.

- Kenneth Rush, presidente da Union Carbide Corp. e diretor da Bankers Trust Co. de Nova York.

- Robert S. Ingersoll, presidente do conselho da Borg-Warner Corp. e diretor do First National Bank of Chicago.

Além disso, o vice-subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos de Nixon era Nathaniel Samuels, sócio do banco de investimento Kuhn, Loeb & Co., e diretor da International Basic Economy Corp, controlada por Rockefeller.

Henry A. Kissinger

Mas é claro que a figura dominante da política externa nos governos Nixon e Ford não era William Rogers, mas Henry A. Kissinger, que foi nomeado conselheiro de segurança nacional e logo se tornou praticamente a única força na política externa, substituindo oficialmente Rogers como secretário de Estado em 1973.

Kissinger era praticamente o “Sr. Rockefeller.” Como cientista político de Harvard, Kissinger havia sido descoberto por John J. McCloy e nomeado diretor de um grupo CRE para estudar a ameaça soviética na era nuclear. Ele logo foi nomeado diretor de um projeto especial de estudos de política externa do Rockefeller Brothers

Fund e, a partir daí, tornou-se por mais de uma década o principal conselheiro pessoal de política externa de Nelson Rockefeller.

Apenas três dias antes de aceitar o cargo no governo Nixon, Rockefeller deu a Kissinger \$50.000 para aliviar os encargos fiscais de seu cargo oficial. Nixon e Kissinger re-escalaram a Guerra do Vietnã bombardeando secretamente e depois invadindo o Camboja em 1969 e 1970; eles podiam ter certeza da obediência de Ellsworth Bunker, que Nixon manteve como embaixador no Vietnã do Sul até o fim da guerra.

Além da Guerra do Vietnã, o principal empreendimento de política externa do governo Nixon foi a derrubada do regime marxista de Allende pela CIA no Chile. As empresas norte-americanas controlavam cerca de 80% da produção de cobre do Chile, e o cobre era de longe o principal produto de

exportação do Chile. Na eleição de 1970, a CIA canalizou US\$1 milhão para o Chile em uma tentativa frustrada de derrotar Allende. O novo regime de Allende então passou a nacionalizar grandes empresas de propriedade dos EUA, incluindo Anaconda e Kennecott Copper e Chile Telephone Co., uma grande empresa de serviços públicos que era subsidiária da ITT (International Telephone and Telegraph Co.).

Sob o conselho de Henry Kissinger e da ITT, a CIA canalizou US\$8 milhões para o Chile nos três anos seguintes, em uma tentativa bem-sucedida de derrubar o regime de Allende. Particularmente útil nessa tentativa foi John A. McCone, o industrial da Costa Oeste que Johnson manteve encarregado da CIA. Agora membro do conselho da ITT, McCone continuou em contato constante ao ser nomeado consultor da CIA na questão chilena.

O presidente Nixon manteve o remanescente de Johnson, Richard Helms, como chefe da CIA, e a perspectiva de Helm pode ter sido influenciada pelo fato de seu avô, Gates W. McGarrah, ter sido chefe do Mechanics and Metals National Bank of New York, diretor de Bankers Trust e presidente do conselho do poderoso Federal Reserve Bank de Nova York.

Dos US\$8 milhões despejados no Chile pela CIA, mais de US\$1,5 milhão foi alocado ao maior jornal de oposição do Chile, *El Mercurio*, publicado pelo rico empresário Augustin Edwards. Edwards também foi, não por coincidência, vice-presidente da Pepsico, uma empresa liderada pelo amigo próximo do presidente Nixon, Donald M. Kendall. A transação foi acertada em uma tranquila reunião de café da manhã em Washington, organizada por Kendall, e incluindo Edwards e Henry Kissinger. Após a

derrubada bem-sucedida de Allende por uma junta militar em setembro de 1973, o homem que se tornou o primeiro ministro da Economia, Desenvolvimento e Reconstrução foi Fernando Leniz, um funcionário de alto escalão do *El Mercurio* que também atuou no conselho da subsidiária chilena da International Basic Economy Corporation, controlada por Rockefeller.

Richard Nixon também estabeleceu, pela primeira vez, relações diplomáticas com a China comunista. Nixon foi instado a dar esse passo por um comitê de proeminentes empresários e financistas interessados em promover o comércio e os investimentos na China. O grupo incluía Kendall; Gabriel Hauge, presidente da Manufacturers Hanover Trust Co.; Donald Burnham, chefe da Westinghouse; e David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank.

O primeiro enviado à China foi o veterano diplomata e figura de elite David K. E. Bruce, que se casou com uma Mellon e serviu em altos cargos diplomáticos em todos os governos desde o de Harry Truman. Depois que Bruce se tornou embaixador na OTAN, ele foi substituído por George H. W. Bush, um homem do petróleo do Texas que serviu brevemente como embaixador nas Nações Unidas. Mais importante do que as conexões de petróleo de Bush no Texas era o fato de que seu pai, o senador de Connecticut Prescott Bush, era sócio da Brown Brothers, Harriman.

A Comissão Trilateral

Em julho de 1973, ocorreu um evento que teria um impacto crítico na política externa e doméstica dos EUA. David Rockefeller formou a Comissão Trilateral, como uma organização mais elitista e exclusiva do que o CRE, formada por estadistas, empresários e intelectuais da Europa Ocidental e do Japão.

A Comissão Trilateral não apenas estudou e formulou políticas, mas começou a colocar seu pessoal em cargos governamentais de alto nível. O secretário e coordenador norte-americano dos trilaterais foi George S. Franklin Jr., que foi por muitos anos

diretor executivo do CRE. Franklin tinha sido colega de quarto de David Rockefeller na faculdade e se casou com Helena Edgell, uma prima de Rockefeller. Henry Kissinger era, obviamente, um membro-chave dos trilaterais, e seu diretor de equipe era o cientista político da Universidade de Columbia, Zbigniew Brzezinski, que também foi recentemente selecionado como diretor do CRE.

O presidente Ford manteve Kissinger como seu secretário de Estado e principal diretor de política externa. O principal assessor de Kissinger durante os anos Ford foi Robert S. Ingersoll, trilateralista da Borg-Warner Corp. e do First National Bank of Chicago. Em 1974, Ingersoll foi substituído como vice-secretário de Estado por Charles W. Robinson, empresário e trilateralista.

O embaixador na Grã-Bretanha — e depois transferido para vários

outros cargos — era Elliot Richardson, agora trilateralista e diretor do CRE. George Bush, trilateralista, foi mantido como embaixador na China e depois se tornou diretor da CIA. Ele foi substituído como Embaixador por Thomas S. Gates Jr., chefe do principal banco dos Morgans, Morgan Guaranty Trust Co. Enquanto isso, Robert McNamara continuou a chefiar o Banco Mundial. Quem tornou-se chefe do Export-Import Bank em 1975 foi Stephen M. DuBrul, Jr., que teve a distinção de ser sócio tanto do Lehman Brothers quanto do Lazard Frères.

James Earl Carter e seu governo eram criaturas praticamente completas da Comissão Trilateral. No início dos anos 1970, a elite financeira procurava um provável governador esquerdista do sul que pudesse ser instalado na Casa Branca. Eles estavam considerando Reubin Askew e Terry

Sanford, mas decidiram pelo obscuro governador da Geórgia, Jimmy Carter. Eles foram ajudados em sua decisão pelo fato de Jimmy ter sido altamente recomendado.

Em primeiro lugar, deve-se perceber que “Atlanta” durante décadas significou a Coca-Cola, a grande corporação multibilionária que há muito está no centro da elite do poder político-econômico de Atlanta. O advogado de longa data de Jimmy Carter, amigo pessoal íntimo e mentor político foi Charles Kirbo, sócio sênior do principal escritório de advocacia corporativo de Atlanta, King & Spalding.

King & Spalding há muito era o conselheiro geral da Coca-Cola e também da poderosa empresa financeira The Trust Co. da Geórgia, há muito conhecida em Atlanta como “o banco Coca-Cola”. O chefe de longa data e principal proprietário da Coca-Cola era o octogenário Robert W. Woodruff,

que há muito era muito influente na política da Geórgia. Com Kirbo ao seu lado, Jimmy Carter logo ganhou o apoio político sincero dos interesses da Coca-Cola.

Os contribuintes financeiros para a campanha de Carter nas primárias democratas de 1971 para governador foram: John Paul Austin, poderoso presidente do conselho da Coca-Cola; e três vice-presidentes da Coca-Cola, incluindo Joseph W. Jones, assistente pessoal de Robert Woodruff. Se a Pepsi era uma empresa republicana, a Coca-Cola era há muito tempo proeminente no Partido Democrata; assim, James A. Farley, por muito tempo chefe do Comitê Nacional Democrata, foi por trinta e cinco anos chefe da Coca-Cola Export Company.

Em 1971, Carter foi apresentado a David Rockefeller pelo amigo deste último, J. Paul Austin, que se tornaria membro fundador da

Comissão Trilateral. Austin esteve muito tempo ligado aos interesses de Morgan e atuou como diretor da Morgan Guaranty Trust Co., e da Morgan's General Electric Co. Outros apoiadores políticos iniciais de Jimmy Carter foram os irmãos Gambrell, David e E. Smyth, de uma família que era uma das principais acionistas da Eastern Air Lines, controlada por Rockefeller. O escritório de advocacia Gambrell, de fato, atuou como conselheiro geral da Eastern. Eles também ajudaram na formação da conexão Carter-Rockefeller.

Durante o mesmo período, Carter também foi apresentado ao poderoso Hedley Donovan, editor-chefe da revista *Time*, que também seria um trilateralista fundador. Rockefeller e Donovan gostaram do que viram, e Carter também foi recomendado aos trilaterais pelo Comitê de Atlanta do Conselho de Relações Exteriores.

Jimmy Carter foi convidado a se tornar membro da Comissão Trilateral logo após sua formação e concordou com entusiasmo. Por que os trilaterais nomearam um obscuro governador da Geórgia sem nenhum conhecimento de relações exteriores? Ostensivamente porque eles queriam ouvir as opiniões de um governador do sul. Muito mais provavelmente, eles o estavam preparando para a presidência e queriam instruí-lo no trilateralismo. Carter recebeu bem as instruções, e escreveu mais tarde sobre as muitas horas felizes que passou sentado aos pés do diretor executivo da Trilateral e especialista em relações internacionais Zbigniew Brzezinski.

O que o desconhecido Carter precisava mais do que dinheiro para sua campanha presidencial de 1975-1976 era uma exposição ampla e favorável na mídia. Ele a recebeu da mídia do establishment influenciada pela

Trilateral, liderada por Hedley Donovan, da *Time*, e pelos colunistas sindicalizados da Trilateral, Joseph Kraft e Carl Rowan.

Os principais apoiadores Carter em Nova York, que serviram no Comitê de Wall Street para Carter ou organizaram reuniões em seu nome, incluíam Roger C. Altman, sócio do Lehman Brothers, cujo presidente, Peter G. Peterson, era membro da Trilateral; o banqueiro John Bowles; C. Douglas Dillon, de Dillon, Read, que também atuou como membro do conselho consultivo internacional do Chase Manhattan Bank; e Cyrus Vance, fundador da Trilateral e vice-presidente do CRE.

Além disso, dos seis diretores de finanças nacionais da cara campanha pré-convenção de Jimmy Carter para a indicação presidencial, três eram funcionários de alto escalão do Lehman Brothers, um era vice-

presidente de Paine, Webber, outro era vice-presidente de Kidder, Peabody, e um sexto era o venerável John L. Loeb, sócio sênior de Loeb, Rhodes, & Co., e um Lehman por casamento. Outros importantes arrecadadores de fundos para a campanha eleitoral de Carter incluíram Walter Rothschild, que se casou com um membro da família Warburg de Kuhn, Loeb & Co., e Felix Rohatyn, sócio de Lazard Frères.

O governo Carter provou ser Trilateral por completo, especialmente em assuntos externos. Os membros trilaterais que ocupavam altos cargos no governo Carter incluíam:

- Presidente, James Earl Carter;
- Vice-presidente, Walter (“Fritz”) Mondale;
- Conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski;
- Secretário de Estado, Cyrus Vance, que agora era presidente do

conselho da Fundação Rockefeller. O escritório de advocacia de Vance, Simpson, Thacher & Bartlert, há muito atuava como conselheiro geral do Lehman Brothers e Manufacturers Hanover Trust Co. O próprio Vance atuou até 1977 como diretor da IBM, do New York Times Co. e do One William Street Fund do Lehman. Talvez também tenha ajudado a causa de Vance o fato de Simpson, Thacher & Bartlert ser o conselheiro geral de Nova York da Coca-Cola Co.

- Secretário de Estado Adjunto, Warren Christopher. Esse advogado corporativo de Los Angeles não tinha nenhuma experiência diplomática para esse alto cargo, mas seu escritório de advocacia O'Melveny and Myers era proeminente, e ele atuou como advogado de Los Angeles para a IBM. Mais importante foi o fato de que Christopher era o único membro da

Comissão Trilateral da metade ocidental dos Estados Unidos.

- Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Richard Cooper. Esse professor de Yale também fazia parte do conselho da J. Henry Schroder Banking Corporation, controlada por Rockefeller.

- Subsecretária de Estado para Assistência à Segurança, Ciência e Tecnologia, Lucy Wilson Benson. A Sra. Benson tinha sido presidente de longa data da Liga dos Votos das Mulheres e altamente ativa na Causa Comum; ela também foi membro do conselho das Federated Department Stores, dirigidas por Lehman.

- Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Leste Asiático e Pacífico, Richard Holbrooke.

- Embaixador em geral, Henry D. Owen, da instituição Brookings e do CRE.

- Embaixador Geral para o Tratado do Direito do Mar, Elliot Richardson.

- Embaixador Geral para Assuntos de Não-Proliferação (negociações de armas nucleares), Gerald C. Smith, chefe da delegação dos EUA nas negociações do SALT sob Nixon, advogado de Washington na Wilmer, Cutler & Pickering e presidente norte-americano da Comissão Trilateral.

- Embaixador nas Nações Unidas, Andrew Young.

- Negociador-chefe de desarmamento, Paul C. Warnke, sócio sênior do influente escritório de advocacia de Clark Clifford em Washington.

- Secretário Adjunto do Tesouro para Assuntos Internacionais, C. Fred Bergsten, da Brookings Institution, consultor da Fundação Rockefeller e membro do conselho editorial da prestigiosa revista trimestral do CRE, *Foreign Affairs*.

- Embaixador na China comunista, Leonard Woodcock, ex-chefe do United Automobile Workers. É interessante notar que foi sob a égide de Carter-Woodcock que, uma semana após o primeiro estabelecimento de relações formais de embaixador com a China comunista, a China assinou um acordo com a Coca-Cola dando-lhe vendas exclusivas de cola naquele país.

- Secretário de Defesa, Harold Brown. Esse físico foi presidente do Instituto de Tecnologia da Califórnia – o único presidente da faculdade Trilateral – e também atuou no conselho da IBM e da Schrodgers, Ltd., a empresa controladora britânica do J. Henry Schroder Bank de Nova York, controlada por Rockefeller.

- Vice-diretor da CIA, professor de Harvard Robert R. Bowie.

- Secretário do Tesouro, W. Michael Blumenthal, chefe da Bendix

Corp., diretor do CRE e administrador da Fundação Rockefeller.

- Presidente do Conselho da Reserva Federal, Paul A. Volcker. Volcker foi nomeado chairman pelo presidente Carter por sugestão de David Rockefeller. Não é de admirar, já que Volcker fora executivo do Chase Manhattan Bank, diretor do CRE e administrador da Fundação Rockefeller.

- E, finalmente, a Conselheira de Política Interna e Externa da Casa Branca, Hedley Donovan, ex-editora-chefe da revista *Time*.

Uma das primeiras ações importantes da política externa de Carter foi a negociação do tratado do Canal do Panamá, entregando o Canal ao Panamá, e resolvendo a controvérsia de tal forma que os contribuintes americanos pagaram milhões de dólares ao governo panamenho para que eles pudessem pagar seus pesados

empréstimos a vários bancos de Wall Street

Um co-negociador do tratado foi Ellsworth Bunker, que esteve envolvido em negociações infrutíferas desde 1974. O tratado não foi concluído até que Carter acrescentou como co-negociador o trilateralista Sol Linowitz, um sócio sênior de Washington do escritório de advocacia corporativa de Wall Street de Coudert Brothers e membro do conselho da Pan-Am Airways, do Marine Midland Bank de Nova York e da Time, Inc.

O próprio Marine Midland Bank detinha parte de dois empréstimos de consórcio bancário ao Panamá. Além disso, nada menos que 32 trilaterais estavam nos conselhos dos 31 bancos participantes de um empréstimo de 10 anos em Eurodólar Panamá de US\$115 milhões emitido em 1972; e 15 trilaterais estavam nos conselhos de quatorze bancos

participantes da nota promissória do Panamá de US\$20 milhões emitida no mesmo ano.

Outra ação crucial de política externa do regime Carter foi a decisão relutante do presidente de admitir o xá do Irã nos EUA, uma decisão que levou diretamente à crise dos reféns do Irã e ao congelamento de ativos iranianos nos EUA. Carter foi pressionado a tomar esse rumo de ação pelo lobby persistente de David Rockefeller e Henry Kissinger, que provavelmente sabia que uma crise de reféns poderia ocorrer. Como resultado, o Irã foi impedido de concretizar sua ameaça de retirar seus enormes depósitos do Chase Manhattan Bank, o que teria causado ao Chase uma grande dificuldade financeira. Na política, uma mão lava a outra.

Kissinger, aliás, sequer saiu de cena quando deixou o governo em 1977. Rapidamente ele se tornou

diretor do CRE, membro do comitê executivo da Comissão Trilateral e presidente do Conselho Consultivo Internacional da Banco Chase Manhattan.

Embora a campanha inicial de Ronald Reagan tenha incluído ataques à Comissão Trilateral, os trilateralistas neste ponto já tinham certeza de que o governo Reagan estaria em boas mãos.

O sinal foi a escolha de Reagan do trilateralista George Bush, que também se tornou diretor do First International Bank de Londres e Houston, como vice-presidente dos Estados Unidos, e da visita de reconciliação pós-convenção de Reagan a Washington e à casa de David Rockefeller.

Os assessores mais influentes de Reagan na Casa Branca, como James A. Baker, foram os principais ativistas de Bush para presidente em 1980. A empresa corporativa mais

influyente no governo Reagan é a Bechtel Corporation, com sede na Califórnia. O vice-presidente e conselheiro geral da Bechtel, Caspar Weinberger, um trilateralista, é secretário de Defesa e também executivo da Bechtel, George Shultz, ex-membro do conselho da Borg-Warner Corp., General American Transportation Corp., e Stein, Roe & Farnham Balanced Fund, é secretário de Estado.

O trilateralista Arthur F. Burns, ex-presidente do Fed, é embaixador na Alemanha Ocidental, Paul Volcker foi renomeado como presidente do Fed e Henry Kissinger está pelo menos parcialmente de volta como chefe de uma Comissão Presidencial para estudar a questão da América Central.

É difícil ver como os trilateralistas podem perder nas eleições de 1984. Na chapa republicana estão George Bush, o herdeiro aparente de

Ronald Reagan; e na corrida democrata os dois favoritos, Walter Mondale e John Glenn, são ambos trilateralistas, assim como Alan Cranston, da Califórnia. E, como um tiro no escuro, John Anderson do “Partido da Unidade Nacional” também é um membro da Trilateral. Parafraseando uma famosa declaração do assessor da Casa Branca Jack Valenti sobre Lyndon Johnson, os trilateralistas e a elite financeira dominante podem dormir bem à noite, independentemente de quem vença em 1984.

Bibliografia

Burch, Jr., Philip H. *Elites in American History*, Volume 2: *From the Civil War to the New Deal*. New York: Holmes and Meier, 1981.

Chernow, Ron. *The House of Morgan: An American Banking Dynasty and the Rise of Modern Finance*. New York: Atlantic Monthly Press, 1990.

Domhoff, G. William. *The Power Elite and the State: How Power Is Made in America*. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

Etherington, Norman. *Theories of Imperialism: War, Conquest, and Capital*. Totowa, N.J.: Barnes and Noble, 1984.

Bibliografia

Ferguson, Thomas. *Golden Rule: The Investment Theory of Party Competition and the Logic of Money-Driven Political Systems*. Chicago: University of Chicago, 1995.

George, Alexander L., and Juliette L. George. *Woodrow Wilson and Colonel House: A Personality Study*. New York: The John Day Company, 1956.

Grinder, Walter E., and John Hagel, III. "Toward a Theory of State Capitalism: Ultimate Decision-Making and Class Structure." *Journal of Libertarian Studies* 1, no. 1 (1977): 59–79.

Kolko, Gabriel. *The Triumph of Conservatism: A Reinterpretation of American*

*WALL STREET, BANCOS, E A POLÍTICA EXTERNA
AMERICANA*

History. Glencoe, Ill.: The Free Press, 1983.

Livingston, James. *Origins of the Federal Reserve System: Money, Class, and Corporate Capitalism, 1890–1913*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1986.

Quigley, Carroll. *The Anglo-American Establishment: From Rhodes to Cliveden*. New York: Books in Focus, 1981.

———. *Tragedy and Hope: A History of the World in Our Time*. New York: Macmillan, 1966.

Rothbard, Murray N. *The Case Against the Fed*. Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 2008.

Bibliografia

———. *History of Money and Banking in the United States: From the Colonial Era to World War II*. Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 1982.

Shoup, Laurence H., and William Minter. *Imperial Brain Trust: The Council on Foreign Relations and United States Foreign Policy*. Monthly Review Press, 1977.

Tansill Charles C. *America Goes to War*. Boston: Little, Brown and Company, 1938.

Weinstein, James. *The Corporate Ideal in the Liberal State, 1900–1918*. Boston: Beacon Press, 1968

*WALL STREET, BANCOS, E A POLÍTICA EXTERNA
AMERICANA*

Williams, William A. *The Tragedy of American Diplomacy*. Cleveland, Ohio: World Publishing, 1959.

